

Sururu na zona do meretrício: Bolsonaro e o PSL disputam dinheiro do fundo eleitoral à tapa



Líder demitido admite que quanto mais apanha de Bolsonaro mais gamado fica

No final da manhã de quinta-feira (17/10), uma deputada do PSL disse – quase gritou: “Bolsonaro está desmoralizado”, quando o atual líder, Delegado Waldir, foi mantido no cargo. O Bolsonaro a que ela se referia era o derrotado, naquele momento, Eduardo Bolsonaro, candidato do pai a substituir Delegado Waldir.

Mas o termo cabe também para Jair Bolsonaro: ninguém achava – ou jamais achou – que Eduardo Bolsonaro tomara a iniciativa de derrubar o líder do PSL por conta própria. A briga é por dinheiro. Com a eleição de 52 deputados, nulidades que se colaram em Bolsonaro, o PSL, no ano que vem, terá R\$ 350 milhões, na soma dos fundos partidário e eleitoral. **Pág. 3**



General Santos Cruz condena 'milícia digital' bolsonarista

“Aquilo ali é um grupo que se comporta como uma gangue, uma gangue de rua, uma milícia digital, uma gangue de rua que se transfere para dentro da internet”, afirmou o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, condenando a atuação na internet dos grupos bolsonaristas e do astrólogo Olavo de Carvalho. **Página 3**



Evo vence no 1º turno a eleição para presidente

O presidente da Bolívia, Evo Morales, venceu no primeiro turno as eleições presidenciais, realizada no domingo. Com 95,63% dos votos apurados na noite de segunda-feira, Evo já tinha uma margem superior a 10 pontos percentuais do segundo colocado, Carlos Mesa, reunindo 46,85% dos votos. Inconformados, mesistas incendiaram seções eleitorais. **Página 6**

Ciro Gomes lidera ação do PDT no STF contra venda da Embraer



Onze pessoas morreram no fim de semana, após uma forte repressão e a decretação de toque de recolher

Explode no Chile revolta contra arrocho neoliberal

Estopim foi o aumento do metrô (já revogado) em algo próximo a 20 centavos de real

A revogação do aumento das tarifas do metrô da capital do Chile, Santiago, não parou a revolta popular contra o arrocho imposto pela política neoliberal do governo Piñera, mostrando

que a medida foi apenas o estopim que provocou a conflagração na capital Santiago. Manifestantes desafiaram o toque de recolher imposto no sábado, 19, após o governo já ter decretado estado de emer-

gência, e continuaram nas ruas. A cidade amanheceu desde domingo (20) praticamente ocupada pelas Forças Armadas, na frustrada tentativa do governo de Sebastián Piñera de conter a maior

onda de protestos em décadas na capital. Onze pessoas morreram no fim de semana. As centrais sindicais convocaram uma greve geral “que esvazie as ruas do país” a partir de quarta-feira. **Página 6**

“O segmento comercial representa a viga mestra da Embraer. Vendê-lo significa inviabilizar a existência do que restar da Companhia”, argumenta o ex-governador e vice-presidente do PDT, que entrou no Supremo Tribunal Federal com uma ação para anular a venda da Embraer à Boeing. “A transferência do controle acionário, conforme demonstrado, consubstancia-se em nítida ameaça de lesão ao princípio da soberania nacional, dos valores sociais do trabalho, da valorização do trabalho humano e da busca do pleno emprego, do desenvolvimento nacional e da independência nacional”, diz trecho da ação. **Página 3**

Assembleia da Unicamp chama povo a defender ensino público

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) aprovou uma moção em defesa da ciência, educação e autonomia universitária durante a segunda assembleia extraordinária da história da universidade, convocada pelo reitor, que reuniu 8 mil pessoas, no dia 15. A sociedade brasileira precisa ser alertada para o perigo que tais ataques [à universidade pública] representam para o futuro do país”, afirmou o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel. **Pág. 2**

Nordeste acusa governo federal de omissão sobre derrame de óleo

O Ministério Público Federal (MPF) dos nove estados do Nordeste move ação para que a União, que acusa de estar sendo “omissa, inerte, ineficiente e ineficaz”, acione o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC). **P. 4**

Centrais convocam ato contra fim da unicidade sindical

PDT questiona no Supremo venda da Embraer à Boeing

Rendimento dos mais pobres cai e desigualdade bate recorde, aponta IBGE

O rendimento médio real de trabalho da população 1% mais rica, em 2018, foi 33,8 vezes maior que da metade mais pobre, segundo dados divulgados na quarta-feira (16/10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Mensal por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua).

Segundo o IBGE, no ano passado a parcela de 1% mais rica, que corresponde a 900 mil pessoas, teve um rendimento médio de R\$ 27.744 mensais. Já a metade mais pobre da população, 45 milhões de pessoas, o rendimento médio foi de R\$ 820.

De acordo com o Índice Gini – indicador que mede distribuição, concentração e desigualdade econômica e varia de 0 (perfeita igualdade) até 1 (máxima concentração e desigualdade), a desigualdade da renda piorou no Brasil.

O avanço do rendimento dos mais ricos foi maior do que aqueles que estão entre os mais pobres e isso fez acelerar a concentração de renda. O rendimento domiciliar per capita subiu de 0,538, em 2017 para 0,545, em 2018, um resultado recorde.

“O rendimento de trabalho é o que tem maior peso dentro do rendimento total das famílias, cerca de 75% do rendimento total das famílias é composto pelo rendimento do mercado de trabalho”, disse Maria Lúcia Vieira, gerente da pesquisa, em coletiva. “Então, se o mercado de trabalho está em recessão – as pessoas perdem o emprego, vão trabalhar em emprego com rendimentos menores – esse impacto fica também no rendimento total. Esse rendimento se vem de um trabalho mais informalizado, o impacto é maior ainda, porque essas pessoas têm menor proteção em relação a seus empregos, é mais fácil mandar embora, então a redução do rendimento é maior”, afirmou.

No ano passado, a renda domiciliar per capita dos mais pobres (representados pelos 10% de menores rendimentos) recuou 1,8%, (R\$ 107), enquanto a renda da parcela mais rica da população (representada pelos 10% de maiores rendimentos) cresceu 8,2% em termos reais (R\$ 16.297), ambos os casos em comparação com o ano de 2017.

A sondagem do IBGE aponta ainda que a massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita cresceu de R\$ 264,9 bilhões em 2017 para R\$ 277,7 bilhões em 2018. “Os 10% da população com os menores rendimentos detinham 0,8% da massa, enquanto que os 10% com os maiores rendimentos concentravam 43,1%”, destaca o instituto.

Na comparação com outros períodos da série, o rendimento de trabalho cresceu 4,7% em relação a 2012, mas ficou muito abaixo do patamar alcançado em 2014. Conforme o instituto, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos (pessoas de 14 anos ou mais de idade) chegou a R\$ 2.279 em 2014, mais caiu -4,1% em 2015, perante a crise econômica deflagrada no ano anterior, se manteve estagnada nos dois anos seguintes, até chegar a R\$ 2.234 em 2018.

Aumentam os pedidos de falência e de recuperação judicial em setembro

Os pedidos de recuperação judicial em setembro sofreram um aumento de 4,4% em relação ao mesmo mês de 2018. O resultado foi influenciado pelo aumento dos pedidos entre as pequenas empresas + 11,1% e também pelas grandes empresas com um aumento de 8%. As médias empresas tiveram uma redução de 12,5% nos pedidos.

O número de falências em setembro teve um aumento de 0,8% em relação ao mesmo mês de 2018, com 126 casos. No acumulado de janeiro

a setembro também foi registrado um aumento de 0,8% nas falências, totalizando 1.100 casos. Os dados foram divulgados pela Serasa Experian na segunda-feira (14).

Um dos fatores que levam as empresas à falência ou à recuperação judicial é o aumento da inadimplência, segundo a Serasa.

Com o crescimento do trabalho informal e com a renda arrojada, as vendas só caem. Em agosto, segundo o IBGE, as vendas no comércio varejista ficaram estagnadas.



Para o PDT, a União permitiu a transferência de atividade estratégica para estrangeiros

Juros elevados derrubam investimentos da indústria

A taxa de juros elevadas é a principal dificuldade apontada por empresas industriais para o acesso ao crédito de curto e de longo prazo, conforme Sondagem Especial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“O alto custo e as dificuldades de acesso ao mercado de crédito, associadas à fraca atividade econômica e elevada ociosidade do parque industrial, fizeram com que a maior parte das empresas não renovasse suas linhas de crédito nos primeiros meses de 2019”, diz a CNI sobre a pesquisa divulgada em setembro deste ano.

Os juros altos nos diferentes créditos buscados no curto prazo foi considerado por 80% das empresas pesquisadas e por 73% das empresas que procuraram crédito de longo prazo.

No segundo lugar no ranking de principais dificuldades, 36% das empresas apontaram os prazos muito curtos e 34% assinalaram as exigências de garantias reais pelo mercado financeiro.

Quando consideradas empresas que renovaram, contrataram ou procuraram exclusivamente linhas de crédito de curto prazo, a maioria das operações de crédito solicitadas buscou atender demandas de capital de giro, como pagamento a fornecedores, despesas com funcionários, aqui-

sição e matéria-prima, entre outros: 76% dessas empresas.

Apenas 9% das empresas indicaram como principal finalidade investimentos em novas plantas, máquinas, equipamentos, etc..

No longo prazo, 39% das empresas buscaram renovar ou contratar empréstimos para capital de giro e 47% para investimento.

Considerando os pedidos de crédito de curto prazo, 80% das pequenas empresas solicitaram valor de até 500 mil reais. Mais de um terço (36%) solicitou valor entre 100 mil e 500 mil reais. Nas grandes, esse percentual se reduziu para apenas 9%. Os pedidos das grandes se concentram em faixas mais altas: 81% dos pedidos são de 1 milhão de reais ou mais.

A Sondagem Industrial da CNI divulga trimestralmente o índice de facilidade de acesso ao crédito. O índice varia de 0 a 100 pontos; valores abaixo de 50 pontos indicam que o acesso ao crédito está mais difícil que o normal, e quanto mais distante desse valor, maior a dificuldade. Historicamente, o índice das pequenas empresas é inferior ao da média da indústria. O índice do 2º trimestre de 2019 (último dado disponível) para as pequenas empresas ficou em 35,3 pontos, enquanto o das grandes alcançou 42,2 pontos.

Indústria paulista fecha nove mil postos de trabalho no ano

A indústria paulista encerrou 9 mil vagas no acumulado de 2019 até setembro, informou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) nesta quarta-feira (16). Apenas no mês passado, 1 mil postos de trabalhos foram perdidos na comparação com agosto.

“Devemos encerrar o ano com saldo muito próximo ao fechamento de 2018, com crescimento zero”, comentou sobre os resultados José Ricardo Roriz, 2º vice-presidente da Fiesp.

Entre os setores, as demissões em setembro acometeram especialmente as montadoras de veículos (com 1.427 trabalhadores a menos), a indústria de couro e calçados (-952) e informática e produ-

tos eletrônicos (-608). A queda nas exportações para a Argentina é apontada como um dos principais fatores das demissões nas montadoras, já que o mercado interno – mergulhado na crise e com o desemprego e subemprego atingindo 27,6 milhões – não sustenta o consumo.

A produção também vai de mal a pior. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção industrial apontam que o volume de produção da indústria paulista já caiu 0,7% no ano até agosto. Já o dado a nível nacional indica que o setor produtivo acumulou queda de 1,7% no ano (também até agosto) na comparação com o mesmo período de 2018.

“O segmento comercial representa a viga mestra da Embraer. Vendê-lo significa inviabilizar a existência do que restar da Companhia”, afirma Ciro Gomes

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), através de seu vice-presidente nacional, o ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes, entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental com pedido de Medida Liminar de Urgência contra a decisão do Poder Executivo de não utilizar o poder de veto da “golden share” na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Embraer S/A.

A assembleia, que deveria ser invalidada pela golden share, foi realizada em 26 de fevereiro de 2019 e decidiu transferir o controle acionário da Embraer para a norte-americana Boeing.

Documentos obtidos pelo HP mostram que o PDT está empenhado em impedir a transferência do controle acionário da empresa brasileira pela companhia dos EUA.

“A transferência do controle acionário, conforme demonstrado, consubstancia-se em nítida ameaça de lesão ao o princípio da soberania nacional (art. 1º, inciso I, e art. 170, inciso I, da CF/88), dos valores sociais do trabalho, da valorização do trabalho humano e da busca do pleno emprego (art. 1º, inciso IV, e art. 170, caput, inciso VIII, da CF/88), do desenvolvimento nacional (art. 3º, inciso II, e artigos 219 e seguintes da CF/88) e da independência nacional (art. 4º, inciso I, da CF/88)”, diz um trecho da ação.

“E que mesmo detendo o poder de veto, a União permitiu a transferência de uma atividade estratégica nacional para a iniciativa privada, de modo a perder a garantia que o resultado dessas atividades permaneçam subordinadas aos interesses do país”, argumenta o PDT.

CONTROLE PELO CAPITAL ESTRANGEIRO

“Vê-se, por esse prisma, que por se tratar de nítida aquisição do controle acionário por capital estrangeiro, está-se diante da atuação premente do poder de veto que detém a União Federal, em razão da golden share, nos moldes estabelecidos pelo artigo 17, §7º da Lei nº 6.404/76 e pelo artigo 8º, da Lei nº 9.491/2000”, prossegue a arguição de inconstitucionalidade.

A Embraer é campeã mundial em vendas de aviões com até 150 lugares e desbancou todas as concorrentes, inclusive a Boeing. Ciro Gomes e o PDT lembram a trajetória vitoriosa da empresa de aviação brasileira.

“A Embraer S/A nasceu como fruto de vários fatores, a saber: a existência de uma base qualificada de técnicos e engenheiros, formados no ITA ou que trabalharam no CTA, com bom trânsito pela FAB; um contexto econômico favorável; um mecanismo de renúncia de Imposto de Renda, que poderia ser revertido para investimento em ações; o poderio dos militares durante a Ditadura de 1964; e a existência de base industrial apta a dar-lhe o devido suporte”, diz ele.

Os proponentes do questionamento ao STF alertam também para o risco de que os projetos de defesa do país sejam prejudicados com a desnacionalização da Embraer. A empresa brasileira produz o cargueiro KC-390, a maior aeronave militar do hemisfério Sul.

SETOR DE DEFESA AMEAÇADO

“Cite-se, no ponto, que a existência do setor de defesa da Embraer resta ameaçado com a negociação em curso, ante a inexistência de uma ligação inquebrantável entre os segmentos civil e militar, na medida em que não se consegue manter o setor de defesa e desenvolvimento tecnológico sem os recursos gerados pelo setor de aviação comercial”, dizem os advogados.

Ciro Gomes argumenta na ação, que é assinada também pelo advogado Walber de Moura Agra, que “trata-se, no caso posto, de verdadeira transferência do controle acionário da Embraer S/A, devendo ser, portanto, matéria objeto de veto por meio da golden share, nos termos do artigo 9º, inciso VI, do Estatuto da Companhia”.

Diz o ex-governador que “a golden share em poder da União representa um elemento tradutor da soberania nacional, cujo alcance vai muito além dos interesses de um simples acionista, como se intenta transformá-lo. Exatamente por a Embraer S/A



Cargueiro militar KC-390, produzido pela Embraer

se tratar de uma empresa estratégica para o Brasil, o exercício da golden share representa a defesa do patrimônio público de titularidade do país, traduzido, por isso mesmo, em um exercício de soberania”.

Os responsáveis pela ação apontam que “não obstante a Embraer/SA tenha sido objeto de privatização no ano de 1994, a União ainda detém, em função da defesa da soberania nacional e dos interesses estratégicos do país, a posse de golden shares, que lhe permitem continuar a assegurar que a Companhia, embora atuante em um mercado de aviação extremamente competitivo com nítido enfoque de auferir lucros, possa atender aos interesses estratégicos do Brasil”.

“É bem verdade”, prossegue a interpelação de Ciro Gomes, “que além de transferir o controle acionário e a gestão da Companhia para a Boeing, a negociação anunciada ostenta o escopo de fragmentar a parte lucrativa da Embraer S/A, transferindo-a para a NewCo, que para além de absorver 100% (cem por cento) das operações e serviços da aviação comercial, ficará sob o controle acionário, operacional e administrativo da Boeing, cabendo à Embraer S/A o ínfimo percentual de 20% (vinte por cento) das ações”.

Sobre a transferência do setor comercial da Embraer para a Boeing, o documento é incisivo: “o segmento comercial representa a viga mestra da Embraer S/A. Vendê-lo significa inviabilizar a existência do que restar da Companhia”.

CRIME DE LESA-PÁTRIA

Em entrevista recente ao HP, Ciro Gomes já nos informava da decisão de questionar na Justiça a venda da Embraer à Boeing e destacava que “o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem capacidade de construir aeronaves. No entanto, a Embraer representa muito mais do que só a construção de aviões. Ela gera inteligência, tecnologia e desenvolvimento. A entrega da Embraer para a Boeing pode não só fechar fábricas no Brasil, como fazer o Brasil perder seu protagonismo na área”.

Na ocasião, Ciro classificou a operação como crime de lesa-pátria. “É criminoso essa entrega para a Boeing”, disse ele. O candidato do PDT a presidente em 2018 informou também que o parlamento brasileiro deve se posicionar sobre essa negociação que fere os interesses nacionais. Ele sugeriu a realização de audiências públicas para debater a questão.

A ação, que é dirigida ao presidente do STF, argumenta ainda que “as negociações, se firmarem, será o fim dos resquícios de controle nacional sobre a Embraer, no que colocará definitivamente em xeque seu caráter de empresa de controle nacional”.

Ciro acrescenta que “o caráter nacional de uma empresa vai além do controle por brasileiros e pelas fontes de financiamento. Diz respeito aos vínculos das suas forças produtivas e das suas bases financeiras com a economia nacional, à sua presença no país como um polo de integração de atividades no território nacional e da existência de centros internos de decisão capazes de orientar este capital em torno do horizonte econômico e social determinado por um projeto de nação”.

“É de bom alvitre registrar”, segue o documento, “que a efetivação do princípio da soberania nacional, respeitada a sua densidade mínima, é necessária para que um país caminhe sem fincar laços de dependência indissociável com outras nações”.

“O desenrolar do desenvolvimento econômico de um país somente pode ser concretizado

se fixadas balizas seguras no que tange à salvaguarda de sua independência econômica e tecnológica. A negociação posta sob análise, nos termos em que entabulada, retirará da Embraer S/A a potencialidade para implementar produtos e tecnologias de interesse nacional e a criação de fornecedores e empregos no país, que voltará a ser vassallo dos Estados Unidos”, denuncia Ciro Gomes.

AERONÁUTICA ALERTOU PARA OS RISCOS DA VENDA

O documento cita parecer da Aeronáutica alertando para os riscos da operação.

“A Força Aérea Brasileira (FAB) emitiu parecer técnico sobre a negociação entre as Companhias, no qual sustenta que a proposta de separar a área comercial da defesa irá eliminar o processo de investimento público brasileiro na Embraer Defesa, pois não será coerente investir recursos para novas tecnologias que serão transferidas para a Embraer Comercial, que na verdade será a Boeing. Desta forma, a área de Defesa estaria condenada a não ter todas as possibilidades de investimento nas áreas de pesquisa e inovação”, letram os advogados.

Cópia da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Ciro Gomes aponta também os argumentos de acadêmicos como Marcos José Barbieri Ferreira, professor de economia da Unicamp, para quem “há risco efetivo da Embraer tornar-se apenas uma parte da atividade produtiva e comercial da Boeing, sem, com isso, desenvolver as atividades inovativas, de modo a esmorecer o desenvolvimento tecnológico”.

O ex-governador falou também da audiência pública realizada no STF, em 28 de setembro de 2018, para oferecer subsídios ao julgamento da ADI 5.624.

Nesta oportunidade, lembra Ciro, o professor do ITA, engenheiro aeronáutico e aviador, Wagner Farias da Rocha, afirmou que “a transferência de controle da Embraer para a Boeing está sendo apresentada ao público de forma irregular e alertou que se a transferência ocorrer dessa forma o Brasil vai perder a capacidade de projetar aviões, retroagindo ao estágio tecnológico que tinha na década de 1950. É preciso que, nesse processo, não se repita o “complexo de vira-lata” brasileiro, segundo o qual tudo que vem de fora é melhor”.

CATILINA CONSPIRA

Por fim, a arguição apresenta um texto de rara ironia, de 2001, mas bastante atual, do jurista e cientista político brasileiro, professor emérito da Universidade Federal do Ceará, Paulo Bonavides, tomando como referência as famosas catilinas de Marco Túlio Cícero, cônsul romano, pronunciadas em 63 a.C.

“Catilina conspira, desnacionaliza, privatiza, desfederaliza e Cícero não ressurcista para ocupar as tribunas do Senado e da Câmara, e dali irradiar a luz e o verbo da sua eloquência em momento tão grave e a delicado para a conservação da República, a salvaguarda da independência, a guarda dos bens públicos e a integridade da Amazônia. Catilina conjura pois contra a nação, mina a República, violenta a soberania, quebranta a Constituição e rompe o pacto social. Breve no país de Santos Dumont virão linhas estrangeiras de navegação aérea ocupar, dominar e explorar aquele espaço. Catilina faz enfim as instituições retrogradarem à época colonial”, diz o professor emérito.

SÉRGIO CRUZ

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Wilson Mendes - ASCOM - SecGov - PR

General Santos Cruz critica ação da “milícia digital” bolsonarista

“Você percebe que é uma coisa planejada”, destacou o militar, ex-ministro da Secretaria de Governo

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, criticou a atuação na internet sobre os grupos bolsonaristas e do guru de Bolsonaro, o astrólogo Olavo de Carvalho.

Santos Cruz foi atacado em maio pelos apoiadores de Bolsonaro, que usaram uma entrevista antiga do militar sobre as desvantagens das redes sociais e defendeu maior controle sobre elas.

“Aquilo ali é um grupo que se comporta como uma gangue, uma gangue de rua, uma milícia digital, uma gangue de rua que se transfere para dentro da internet. Não me impressiona com isso, aquilo ali não me afeta em nada, já tive muito tirroteio real na vida, não vai ser tiroteio de internet que vai me fazer ficar preocupado”, disse o general, negando que teve uma conversa com Bolsonaro no fim do domingo, no Palácio da Alvorada, sobre o assunto.

“Isso que acontecia, esse trabalho de gangues digitais, aquilo é bem perceptível, você percebe que é uma coisa planejada”, assinalou Santos Cruz em entrevista para o jornal digital Congresso em Foco.

Ele explicou como aconteceu a falsificação da “milícia digital” na internet: “Um lança porque tem não sei quantos mil que seguem ele e os outros seguem. Se der para um técnico ele monta a pirâmide para você. Naquele caso foi uma coisa medíocre, pegaram um pedaço de uma entrevista, um apresentador [Danilo Gentili] que é mais famoso, que tem muita gente que segue e deram para ele para lançar. Uma bobajada, a gente está vivendo uma época que essa tecnologia pode ser explorada por qualquer um e aí você tem coisas sem qualidade também, tem uma ferramenta fantástica para divulgação, para discussão de ideias e tem para esse tipo de trabalho de gente de baixo nível”.

O general foi demitido em 13 de junho da Secretaria de Governo após embate com o bolsonarismo. Ele informou na entrevista que desde essa época não fala com Bolsonaro.

Santos Cruz defendia critérios justos e legais para distribuição de recursos públicos entre veículos de comunicação.

Em abril, quando Bolsonaro censurou uma propaganda do Banco do Brasil e o titular da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), um certo Fábio Wajngarten, indicado por Carlos Bolsonaro, anunciou que haveria censura prévia nas propagandas das estatais, o general Santos Cruz, a quem a Secom era subordinada, anulou a ordem, pois era ilegal, de acordo com a Lei das Estatais.

Informado que o deputado Marcelo Ramos (PL-AM) apresentou requerimento na CPI mista das Fake News, que investiga a divulgação de notícias falsas, para tomar seu depoimento, Santos Cruz disse que compareceria com satisfação.

“Se ele me convidar eu vou. Sempre fui, quando era ministro fui convidado. A CPI pode convidar ou convocar, você é obrigado a ir. Sempre fui de boa vontade porque acho que o Legislativo tem que ser esclarecido das coisas e é até uma honra a pessoa ser chamada para falar. Eu fui duas ou três vezes quando era ministro, é excelente o trabalho ali, tem uns que são mais radicais que outros nas questões, mas normalmente esse tipo de trabalho é de bom nível. Se eu for chamado, convidado, eu vou”, ressaltou.

Santos Cruz foi vítima de um diálogo falso em que falava mal de Bolsonaro e dos filhos

Ler a íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Bolsonaro e PSL engalfinham-se pela posse do fundo partidário



Rafael Carvalho/Governo de Transição

Bolsonaro, com a bancada do PSL, durante o “governo de transição” Líder demitido admite que quanto mais apanha de Bolsonaro mais gamado fica

O leitor sabe qual a origem da expressão casa da mãe joana?

Nós não sabíamos, mas o grande Cássio Cascudo esclareceu que a expressão veio de uma rainha, Joana de Nápoles, que legalizou os bordéis em seu reino e quase obrigou toda a população a frequentá-los.

Pois é o caso do PSL, um pseudo-partido pelo qual Bolsonaro foi eleito – portanto, supostamente, o partido governante na administração Jair Bolsonaro.

Pode ser – e é verdade – que o PSL não seja o partido governante. Mas que é o partido governista, lá isso é. Vejamos, então:

Na quinta-feira (17/10), Bolsonaro tentou derrubar o líder do partido na Câmara, deputado Delegado Waldir, para colocar seu filho, Eduardo Bolsonaro, o mesmo que está tentando, também, colocar em Washington, como criado de Trump, digo, embaixador nos EUA.

A disputa foi por um método novo: listas de deputados, dirigidas à Mesa da Câmara, apoiando um ou outro sujeito. Saiu vencedor o deputado Delegado Waldir, que, em seguida, deu a sua declaração de vitória:

“Nós somos Bolsonaro. Somos que nem mulher traída, apanha, mesmo assim volta ao aconchego.”

A briga é por dinheiro. Com a eleição de cinquenta e dois deputados, nulidades que se colaram em Bolsonaro, o PSL, no ano que vem, terá R\$ 350 milhões, na soma dos fundos partidário e eleitoral.

Mas o que é o PSL? Um grupo cuja razão de ser é colar em Bolsonaro. Fora isso, o PSL não tem razão para existir.

Daí a vontade do deputado Delegado Waldir de se rechejar ao aconchego

de Bolsonaro, por mais que apanhe do próprio Bolsonaro.

Depois de dias de troca de carinhos, onde a deputada Joice Hasselmann foi chamada de “Peppa Pig”, onde o filho favorito, o Carluxo, postou imagens de um porco, um rato, uma cobra, uma galinha e uma lula – e recebeu, como resposta, as imagens de três veados e três ratos (carambal) e uma observação de Hasselmann: “Quem é Lassie não pode posar de pitbull” –, depois disso, na segunda-feira, Bolsonaro (aliás, Eduardo & cia., o que é a mesma coisa) entrou com outra lista na Mesa da Câmara.

Na mesma segunda-feira, o deputado Delegado Waldir, aquele que ia “implodir” o governo – e chamara duas vezes Bolsonaro de “vagabundo” – publicou um vídeo, desistindo da liderança do PSL, obviamente, em favor de Eduardo Bolsonaro, já que não existia outro pretendente.

Além disso, em seu vídeo, Delegado Waldir retirava a suspensão de cinco deputados planalistas.

Mas, essa suspensão fora uma decisão da convenção extraordinária do PSL, na sexta-feira. Como pode o Delegado Waldir, ao mesmo tempo em que renuncia à liderança, retirar essas punições?

Ora, porque ninguém leva nada a sério no PSL – e ninguém leva nada a sério porque, no PSL, nada é sério, a começar pelo presidente (o da República, bem entendido, mas também o do PSL).

O negócio do Delegado Waldir era fazer com que Bolsonaro o aceitasse de volta no harém, perdão, no alcouce ou na porneia, como falava Rui Barbosa quando queria dizer “prostíbulo”.

Bolsonaro volta a agredir o Nordeste e recebe o repúdio dos governadores

Governadores do Nordeste divulgaram uma carta na sexta-feira (18) em repúdio aos ataques feitos pelo presidente Jair Bolsonaro contra o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB). A agressão deveu-se ao fato de Câmara ter cumprido sua promessa de campanha e implantado o 13º do Bolsa Família com recursos do Estado antes do governo federal.

O 13º do Bolsa Família para os pernambucanos foi anunciado por Paulo Câmara em 28 de agosto de 2018, durante um debate entre os candidatos ao governo estadual e virou lei ainda em 2018.

Bolsonaro, que havia prometido a medida dias antes do segundo turno das eleições de 2018, só

Líder do PSB na Câmara repudia ataque de Bolsonaro ao governador de Pernambuco

O líder da bancada do PSB na Câmara dos Deputados, Tadeu Alencar (PE), divulgou nota repudiando o ataque de Bolsonaro contra o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB). Ver Bolsonaro volta a agredir o Nordeste e recebe o repúdio dos governadores

“A Liderança do PSB na Câmara repudia veementemente as palavras

assinou a medida provisória em outubro deste ano, determinando o pagamento da parcela extra em âmbito federal. Numa atitude ridícula e desprezível, Jair Messias Bolsonaro usou as redes sociais na última sexta-feira para chamar Câmara de “espertalhão”.

Ele compartilhou um vídeo criticando uma campanha do governo de Pernambuco sobre o pagamento da 13ª parcela do Bolsa Família com recursos do Estado. No vídeo, um bolsonarista aparece em frente a um outdoor, anunciando o repasse extra com dinheiro do Estado de Pernambuco. Ele acusa, então, Câmara de se apropriar da iniciativa federal.

O governador Paulo

Ele não estava brincando quando falou que “somos que nem mulher traída, apanha, mesmo assim volta ao aconchego”.

As mulheres nada têm a ver com isso. O perfil é o dele – e não o de qualquer mulher.

Pela manhã, também na segunda-feira, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, fez um acordo com Luciano Bivar, presidente do PSL, pelo qual o deputado Delegado Waldir ficaria na liderança até janeiro (o que tem a Secretaria de Governo a ver com os problemas do PSL? Nada, leitor, mas no governo Bolsonaro é assim: a máquina pública é tratada como extensão da família Bolsonaro).

Três horas depois do acordo, passaram a perna em Bivar e no Delegado Waldir: o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), entrou com outra lista – mais duas horas depois e a Mesa da Câmara reconheceu Eduardo Bolsonaro como líder do PSL.

Quer dizer, espantaram-se alguns, que o líder pode mudar todos os dias, de acordo com a lista aceita pela Mesa da Câmara? Que bagunça é essa?

Mas a bagunça, aqui, não é da Mesa da Câmara, que apenas reconhece o líder indicado pela maioria da bancada.

O que é uma bagunça é a bancada do PSL, isto é, a bancada de Bolsonaro – sobretudo quando aparece dinheiro.

Logo em seguida, como não deu certo a volta ao aconchego, o deputado Delegado Waldir renunciou à renúncia.

E disse que ia entrar com outra lista para continuar como líder.

Íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Sururu na zona do meretrício: Delegado Waldir e Eduardo Bolsonaro se estapeiam pela liderança do partido na Câmara

No final da manhã de quinta-feira (17/10), uma deputada do PSL disse – quase gritou: “Bolsonaro está desmoralizado”, quando o atual líder, Delegado Waldir, foi mantido no cargo.

O Bolsonaro a que ela se referia era o derrotado Eduardo Bolsonaro, candidato do pai a substituir Delegado Waldir.

Mas o termo cabe também para Jair Bolsonaro: ninguém achava – ou jamais achou – que Eduardo Bolsonaro tomara a iniciativa de derrubar o líder do PSL (como, aliás, qualquer outra iniciativa política) por conta própria.

Bolsonaro (o pai) ligou para os deputados do PSL para colocar o próprio filho na liderança da bancada na Câmara – algo que pareceu espantoso, em se tratando do Presidente da República, para aqueles velhos jornalistas que nunca viram isso (o país, também não).

Algo próprio dos mafiosos, que só confiam (se é que a palavra é essa) na família – a tal ponto que Eduardo Bolsonaro tornou-se postulante, ao mesmo tempo, a embaixador nos EUA e a líder do PSL na Câmara. Para as duas funções, uma nos EUA e a outra no Brasil, foi indicado pelo pai – e sua única credencial era (ou é) ser filho do capo.

Mas, pouco depois, ocorreu algo mais espantoso. Pelo menos quatro deputados gravaram suas conversas com Bolsonaro, e as gravações apareceram:

“Olha só, nós estamos com 26, falta uma assinatura para a gente tirar o líder, tá certo, e bolar o outro e a gente acerta. Entrando o outro agora, dezembro tem eleições para o futuro líder a partir do ano que vem. A maneira como está, que poder tem na mão atualmente o presidente, o líder aí? É o poder de indicar pessoas, de arranjar cargos no partido, é promessa para fundo eleitoral por ocasião das eleições, é isso que os caras têm. Mas você sabe que o humor desses caras de uma hora para a outra.”

Somente para o encontro de cabeças de bagre que Eduardo promoveu no último fim de semana, os Bolsonaros pegaram R\$ 1,6 milhão do fundo partidário (R\$ 1,1 milhão para o encontro e R\$ 500 mil para um pré-encontro: v. HP 15/10/2019, [O encontro da Ku Klux Klan com a mulher da goiabeira](http://www.horadopovo.com.br)).

Além disso, ainda há o “fundo eleitoral” – ao qual Bolsonaro se referiu.

Porém, as coisas espantosas continuaram. Em seguida, apareceram os áudios das conversas de Bolsonaro: ([ouvir os áudios em https://horadopovo.com.br/sururu-na-zona-do-meretricio-bolsonaro-e-psl-disputam-dinheiro-do-fundo-partidario-a-tapa/](http://www.horadopovo.com.br/sururu-na-zona-do-meretricio-bolsonaro-e-psl-disputam-dinheiro-do-fundo-partidario-a-tapa/)).

Resumindo: os deputados com quem Bolsonaro articulava a substituição de Delegado Waldir pelo seu filho, divulgaram as conversas de cocheira do presidente da República, por sinal, membro de seu próprio partido.

Será que isso alguma vez existiu? Provavelmente, não, até porque nunca houve nada parecido com Bolsonaro na Presidência (nem Collor). Nem jamais houve um amontoado tão desclassificado de oportunistas, como o PSL,

Guerra de listas pela liderança do PSL prossegue

A semana já começa com novos episódios dantescos da guerra entre as facções do PSL.

No início da tarde da segunda-feira (21), o bando de Bolsonaro apresentou uma nova lista com 29 assinaturas, sendo que 28 foram validadas, substituindo o líder, Delegado Waldir, pelo deputado Eduardo Bolsonaro.

A Secretaria-Geral da Mesa (SGM) aceitou a lista apresentada pelo líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), e confirmou o filho de Bolsonaro como novo líder do PSL. O partido em 53 deputados na bancada. Para indicar o líder é necessário o apoio de metade mais um de membros da bancada.

Pouco antes o deputado Delegado Waldir havia divulgado um vídeo reconhecendo a mudança. “Aceitamos democraticamente a nova lista”, afirmou ele.

no papel de partido governista.

Significativamente, quem divulgou os áudios foi a equipe da revista *Crusoe*, que não pode ser acoidada de comunista, esquerdista, nem mesmo de progressista.

Porém, antes que o leitor seja induzido a erro, não houve votação na bancada para decidir quem era o líder. O que houve foi uma competição de listas de deputados do PSL, enviadas à Mesa da Câmara – duas delas (no que foi anunciado como uma sensacional estratégia bolsonarista) pediam a substituição de Delegado Waldir por Eduardo Bolsonaro; uma outra pedia a manutenção do atual líder do PSL.

Ganhou a última, pois Bolsonaro filho enfiou uma assinatura inválida na sua primeira lista e três assinaturas inválidas na segunda, todas anuladas pela Secretaria Geral da Câmara.

Aí, derrotado Bolsonaro, foi a vez de Delegado Waldir aparecer numa gravação – em um encontro da bancada no gabinete da liderança do PSL – com a seguinte peroração:

“Eu vou implodir o presidente. Não tem conversa. Eu implodo ele. Eu sou o cara mais fiel. Acabou, cara. Eu sou o cara mais fiel a esse vagabundo. Eu andei no sol em 246 cidades para defender o nome desse vagabundo.”

O deputado diz que vai expulsar todos os que assinaram as listas de Eduardo: “Nós vamos expulsar, e aqueles que fizerem nós vamos expulsar um por um do partido, ok? A situação é essa. Nós vamos expulsar um por um do partido”.

Assim, provavelmente, a parte dos fundos – partidário e eleitoral – dos que ficarem, será mais obesa.

Na mesma gravação, uma deputada descreve uma reunião com Bolsonaro no Palácio do Planalto: “Os meninos chegaram lá e o presidente disse: ‘Assina senão é meu inimigo’”.

Um deputado, concordando com a descrição da colega, acrescenta: “Eu não conseguirei não assinar”.

O sujeito pretende ser representante do povo com essa pusilanidade...

Mas somos nós que estamos errados: essa turma jamais pretendeu ser representante nem do povo brasileiro nem do povo maricano. São apenas alguns arrivistas de baixíssima extração.

Mas a primeira expulsão – ou quase isso – veio de Bolsonaro: demitiu a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) da liderança do governo, porque ela assinou a lista de apoio ao Delegado Waldir.

A demissão foi anunciada pelo porta-voz de Bolsonaro, Régio Barros.

Disse a deputada que ganhou “uma carta de alforria”.

Finalmente uma deputada confessando que o bolsonarismo é um navio negroiro, inclusive para brancos, como é o seu caso.

Porém, é um navio de escravos no qual ela ficou, ficaria – se Bolsonaro não a demitisse – e ficará, pois diz ela que somente apoiou Delegado Waldir contra Bolsonaro “para proteger o presidente”.

Cada um tem o gosto que lhe cabe – e que merece.

Ciro, Luciana Genro e Robaina reúnem-se pela “mais ampla unidade contra o autoritarismo”

O ex-governador Ciro Gomes (PDT-CE), a deputada estadual Luciana Genro (PSOL-RS) e o dirigente nacional do PSOL e líder da oposição na Câmara Municipal de Porto Alegre (RS), vereador Roberto Robaina, reuniram-se na quinta-feira (17) na capital gaúcha.

Nas palavras de Robaina, uma das razões para o encontro é a necessidade “da mais ampla unidade de ação para lutar contra o autoritarismo do projeto bolsonarista”.

Robaina, que é fundador do PSOL, destaca que a identidade de ação com Ciro, “além da luta contra as ameaças e os ataques às liberdades democráticas”, tem ainda outro motivo.

“Ciro tem defendido bandeiras que contestam o poder do capital financeiro. Ou pelo menos que taxam o rentismo. Nós, que há anos defendemos a taxação das grandes

fortunas, o aumento do imposto sobre a herança de milionários, enfim, uma política tributária justa, encontramos em Ciro também um porta-voz forte dessas bandeiras, além da tributação sobre dividendos, cuja defesa técnica tem sido feita no Brasil pelo meu amigo e economista Sérgio Gobetti”, relatou Roberto Robaina.

O líder psolista explicou que “a reunião teve um objetivo claro de estreitar relações por lutas comuns”.

“Como militantes que reivindicam o socialismo, a liberdade e a revolução, foi uma alegria encontrar um líder nacional social-democrata muito capaz e honesto”, escreveu Robaina em relato do encontro no Facebook.

Em sua conta no Twitter e no Facebook, Luciana Genro registrou a reunião compartilhando o relato de Roberto Robaina

MPF critica omissão do governo sobre vazamento de óleo no NE

Por todo o Nordeste, população se mobiliza para reduzir os danos provocados pelo vazamento de óleo, que é o maior em extensão da história do país

Quase dois meses desde o início do aparecimento das manchas de óleo no litoral do Nordeste e até o momento, o governo federal não sabe nem a origem e nem como conter o derramamento de óleo que segue poluindo o litoral brasileiro. O Ministério Público Federal (MPF) dos nove estados do Nordeste moveu uma ação para que a União acione o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC) com multa diária de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento. Na ação, o MPF afirma que a União tem sido “omissa, inerte, ineficiente e ineficaz”.

Ação ajuizada pelos Ministérios Públicos Federais (MPF) dos nove estados do Nordeste entrou com uma ação contra a União em razão da omissão do governo no desastre das manchas de óleo que atingem o litoral nordestino.

A Procuradoria pede que a Justiça obrigue o governo federal a colocar em ação o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas, que prepara o país para casos como o que afeta o Nordeste. O processo abrange todos os estados da região.

Em caso de descumprimento da implementação do plano, o MPF requer uma multa diária de 1 milhão de reais. A ação foi ajuizada na quinta-feira (17/10) e assinada pelos procuradores da República de todos os estados atingidos pelo óleo.

“Se o Estado falha, por omissão total ou parcial, seja no exercício do poder de polícia administrativa, seja como agente de imputação de responsabilidade aos infratores ambientais, descumpra seu poder-dever de proteção”, diz o pedido do MPF.

A ação afirma que, como a União foi omissa em não acionar o plano de emergência até o momento, cabe ao Poder Judiciário reparar a situação. “A situação se agrava e apesar de tudo isso, sem qualquer justificativa plausível, a União, embora figure como Autoridade Nacional, simplesmente insiste em não implementar o plano”.

O documento critica o governo pela reação limitada para conter as manchas de óleo, as quais descreve como o maior desastre ambiental da história no litoral brasileiro em termos de extensão.

“A União se limita a fazer limpeza de praias, a passos lentos, e também prossegue em sua omissão reiterada de não adotar medidas protetivas às áreas sensíveis, mesmo, como enfatizado, já tendo sido impactadas, remarque-se, pelo menos 12 Unidades de Conservação Federais.”

O MPF destaca, contudo, o trabalho de servidores públicos municipais, estaduais e federais, que “têm trabalhado e se dedicado muito, por toda a Região Nordeste, em ativi-

dades que levam à exaustão, fator que merece registro e reconhecimento”.

“Na outra ponta, porém, uma falta de comando organizado e uma omissão sem precedentes, porquanto apesar de planos de ação inúmeros, nada é acionado, como se o Brasil não estivesse preparado para lidar com situações dessa gravidade”, completa o documento.

LENTIDÃO

Segundo a avaliação do presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), grande parte da culpa é do desinteresse do presidente Jair Bolsonaro (PSL). “Já faz quase 50 dias de um vazamento que atingiu nove estados e 70 cidades. Passou da hora de o chefe do Executivo declarar emergência ambiental. O presidente tinha de ter ido ao local, ordenado uma força-tarefa, mas ele não visitou nenhuma praia, ele sequer sobrevoou a região. O presidente não tem noção da função dele. Ele é o capitão de um navio que está naufragando”.

O último relatório do Ibama sobre o desastre, divulgado na noite de sábado (19), dá conta de que as manchas de óleo já atingiram 201 localidades de 74 municípios no litoral do Nordeste desde que apareceram no final de agosto. Segundo o instituto, até o momento, 35 animais foram afetados: 17 tartarugas marinhas mortas, 11 vivas; duas aves com óbito e duas vidas; um peixe e um golfinho mortos.

MÃO NO ÓLEO

Diante da lentidão das autoridades para agir em frente ao desastre que vêm acontecendo nas praias do Nordeste, os moradores colocaram a mão na massa para tentar se livrar das manchas de petróleo que seguem chegando pelo mar. Segundo a Marinha, já foram recolhidas 900 toneladas de óleo desde o início de setembro. A instituição classificou o episódio como “inédito” e voltou a afirmar que o óleo, que navega por baixo da superfície de tão pesado, não foi extraído no Brasil.

O imprevisto e a lentidão das autoridades vêm marcando o combate às manchas de poluição. Em Pernambuco, a Justiça deu um prazo de 24 horas para que o governo federal adote medidas para conter o óleo, como a colocação de barreiras e a distribuição de equipamentos. O secretário do meio ambiente de Pernambuco, José Bertotti, cobrou mais coordenação e mais equipamentos do governo federal, sobretudo as barreiras de contenção.

“Temos feito um esforço de coordenação envolvendo cada vez mais equipes. Temos tido a participação ativa através das Defesas Cíveis e Secretarias de Meio Ambiente dos municípios que têm implantando seus comitês de crise”, disse o secretário.



População participa de ações para retirada de óleo na Costa dos Corais em Alagoas

Óleo nas praias serve de alerta para desmonte do governo na área ambiental, declara Marina

A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, responsabilizou o governo Bolsonaro pelo gigantesco desastre ambiental que contamina de petróleo as praias dos Estados do Nordeste.

“Os prejuízos das manchas de óleo, que contaminam as praias de vários estados do Nordeste, já são incalculáveis. A gravidade desse fato deveria servir de alerta sobre as consequências do enfraquecimento dos órgãos de gestão e fiscalização ambiental no país”, escreveu Marina em sua rede social.

Em abril, Bolsonaro editou um decreto que extinguiu, entre outros órgãos, dois comitês responsáveis por tratar com casos de poluição das águas por óleo. Os grupos extintos por Bolsonaro poderiam ter dado melhores esclarecimentos sobre o desastre nas praias nordestinas.

“Pela primeira vez na história do Brasil nós temos um Ministro Antiambientalista, que desmontou toda a



Marina cobrou uma ação efetiva do governo

governança ambiental brasileira, e um governo que sinaliza para os ilegais, grileiros e criminosos, mostrando que eles têm respaldo do Estado e parte do Congresso”, salientou a ex-ministra no Twitter. Marina cobrou uma ação efetiva do governo, que nada faz diante do desastre, exceto a emissão de desculpas para esconder a sua inércia. Segundo Bolsonaro, o vazamento do óleo foi provocado

para prejudicar o leilão da cessão onerosa. E voltou a culpar a Venezuela, sem mostrar quaisquer dados sobre o assunto.

“Pela gravidade e magnitude do óleo que atinge vários Estados do Nordeste, o governo deveria decretar estado de emergência para garantir um suporte mais imediato e abrangente. Os danos podem ser irreversíveis”, advertiu Marina Silva.

Deputado João Campos (PSB-PE) propõe CPI para investigar vazamento do óleo no litoral

O deputado federal, João Campos (PSB-PE) protocolou na terça-feira (22), o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a causa do vazamento de óleo no Nordeste e apurar de quem foi a responsabilidade pela omissão na contenção do problema.

“É inadmissível o que está acontecendo. Andei pelas praias de Pernambuco e é de chorar. Praias com muito, muito óleo, famílias sofrendo”, afirmou o deputado.

O filho do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, lembra que, segundo o Ibama, a dimensão do desastre já atingiu 200 pontos e 78 cidades da região sem que se descubra a origem do material vazado. São 45 dias desde o registro dos primeiros pontos atingidos, em 2 de setembro.

De acordo com João Campos, é clara a omissão de Bolsonaro no problema. “A atuação do Parlamento se

torna ainda mais necessária quando o governo federal demonstra incapacidade e até omissão em relação a medidas emergenciais e mitigadoras dos danos causados”.

“Temos que investigar a origem do óleo vazado nas praias do litoral nordestino e punir os culpados. Por isso, vou criar a CPI do Vazamento de Óleo. Conto com a ajuda dos parlamentares e da sociedade civil e organizada pra tocar esse trabalho.”, completou o deputado.

O deputado federal Túlio Gadelha (PDT-PE) também criticou a omissão do governo federal com o Nordeste brasileiro.

“Não existe ação do governo federal para conter o óleo nas praias do Nordeste. A grande mobilização vem do povo nordestino, das pessoas que se juntaram e decidiram agir. Os estados e municípios estão sozinhos, se desdobrando, se unindo aos voluntários para tentar conter os danos ambientais. Enquanto isso, o



Ministério do Meio Ambiente está mais preocupado em politizar a questão do que fazer alguma coisa”, afirmou o deputado Túlio Gadelha, destacando que a “solidariedade humana é necessária mas não substitui a responsabilidade governamental”.

Sebastião Salgado critica “política destrutiva” do governo Bolsonaro

O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado recebeu, neste domingo (20), o Prêmio da Paz concedido pela Federação do Comércio Livreiro Alemão e criticou o desmatamento, o consumo irresponsável das riquezas naturais e o capitalismo. Durante a premiação, ele condenou a “política destrutiva do novo governo brasileiro” com relação à Amazônia.

A premiação é uma das mais importantes do setor cultural na Alemanha e é entregue todos os anos, desde 1950, no último dia da Feira do Livro de Frankfurt. Sebastião foi o primeiro fotógrafo a

receber o prêmio.

A organização do prêmio ressaltou que a homenagem a Salgado deve-se não só a seu trabalho focado em imagens do cotidiano de pessoas menos favorecidas – como imigrantes, refugiados e moradores de regiões em que o meio ambiente está ameaçado, caso dos povos indígenas na Amazônia –, mas também pelo fato de tomar ações práticas, como a fundação do Instituto Terra.

Por meio do instituto, Salgado e a mulher, Lélia, já fizeram o plantio de mais de 2,5 milhões de mudas de árvores em uma área de cerca de 700

hectares que pertenciam aos pais dele, na região do Vale do Rio Doce, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

“É um desastre o que está acontecendo no Brasil, não apenas nas florestas, mas sim em toda a sociedade. Governos de direita e de esquerda respeitam as instituições. Mas quando há o extremo, como a extrema direita, isso não é respeitado. Estamos destruindo instituições que levaram anos para ser construídas”, afirmou o fotógrafo, referindo-se a órgãos como a Funai e o Ibama.



Estudantes durante protesto contra o corte no orçamento no Espírito Santo

MEC reconheceu que não havia gordura no orçamento, diz Andifes

R\$ 2,9 bilhões seguem bloqueados

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta sexta-feira (18), o desbloqueio de R\$ 1,1 bilhão para a recomposição do orçamento das universidades e institutos federais.

Para o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles, ao restituir o valor cortado, o MEC reconhece que não havia “gordura” no orçamento dessas instituições para o ano de 2019.

“O MEC reconhece, com isso, que não havia gordura no orçamento. Está reconhecendo que a verba é mesmo necessária para gerir as universidades e que estávamos no limite, com várias universidades dando sinais de que não sustentariam ou não conseguiriam suportar até o fim do ano sem essa liberação”, disse João Carlos Salles que também é reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em entrevista ao portal UOL.

Segundo admite o MEC, os valores que serão destinados às universidades, não são recursos novos. Eles foram remanejados dentro da própria pasta, embora o ministério não tenha detalhado de onde saiu o dinheiro.

Segundo o secretário-executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, seguem contingenciados R\$ 2,9 bilhões de recursos do MEC que atingem da Educação Básica à pós-graduação.

No final do mês de abril, o governo anunciou o corte de 30% (2,4 bilhões) da verba de custeio das instituições federais de ensino. Segundo o ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, o corte acontecia já que as universidades federais eram lugar de “balbúrdia”.

O corte da verba de custeio – destinada ao pagamento de contas de água e luz, serviços de segurança, limpeza e a manutenção, as universidades federais ficaram inviabilizadas. O repúdio ao arrocho no orçamento provocou as primeiras grandes mobilizações de rua contra o governo Bolsonaro.

Com a liberação, as universidades têm garantida a execução de 100% do orçamento discricionário – que envolve despesas como luz e água, mas não salários – para 2019.

“Não quer dizer que algumas universidades não precisem de mais recursos para outros gestos importantes, como pesquisa, manutenção. Mas esse valor era o que estava previsto e, com a liberação, toda universidade vai poder cuidar das suas contas até o fim do ano”, diz Salles.

O reitor da UFBA ainda defende que o bloqueio ocasionado pelo MEC nem sequer deveria ter acontecido, já que, o congelamento das verbas gerou insegurança sobre o pagamento dos contratos nas universidades, fazendo com que o planejamento orçamentário fosse prejudicado.

“Não deveria ter havido bloqueio, e o desbloqueio é, de fato, mais do que necessário”, disse o reitor, que classifica a liberação realizada hoje como um “desbloqueio tardio”.

Sem reversão completa dos cortes a educação ainda será prejudicada

Para o diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes (UNE), Guilherme Bianco, a liberação demonstra a força das mobilizações da comunidade acadêmica. “A mobilização popular tem colocado em xeque a política entreguista do governo Bolsonaro e do seu ministro Weintraub”, disse.

Segundo Guilherme, “a liberação desses R\$ 1,1 bilhão é um passo importante. Mas, entendemos que sem a reversão completa dos cortes a educação brasileira ainda fica muito prejudicada”.

O diretor da UNE destacou ainda a necessidade de continuar a pressão pela liberação do orçamento da Educação, e das bolsas para os pós-graduandos. “Precisamos também nos manter vigilantes contra o projeto Future-se que ataca o caráter público das universidades federais e põe em risco a sua gratuidade”, destacou.

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), Lucas Chen, criticou a manutenção do corte do orçamento na Educação Básica e nas pós-graduações. “A Educação Básica não seria a prioridade de Bolsonaro? Pelo visto, é prioridade nos cortes”, ironizou o estudante.

“Essa verba só foi liberada graças à mobilização protagonizada pelos estudantes no último período. É uma vitória, mas ainda é parcial”, disse Lucas.

O líder secundarista destacou que “a luta vai continuar enquanto o dinheiro que é necessário para a educação não for totalmente restituído”. “O plano de Bolsonaro ainda é o de destruir as universidades públicas e institutos federais, que mantêm a qualidade de ensino apesar dos cortes no orçamento e das dificuldades que enfrentam”, ressaltou.

“Nossa mobilização está mantida enquanto o orçamento não for restituído. Vamos derrotar o governo Bolsonaro”, concluiu Lucas Chen.



Mancha de óleo no Cabo de São Agostinho, em Pernambuco

UNICAMP convoca sociedade a defender universidades públicas



Mais de 8 mil pessoas participaram da Assembleia no dia 15 de outubro

Em carta, entidades científicas criticam plano do governo de fundir CNPq e Capes

Entidades de cientistas de todo o país repudiaram o plano do governo Bolsonaro de fundir a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – ligada ao Ministério da Educação, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

A fusão dos órgãos de fomento teria surgido a partir da equipe do ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que teria enviado uma proposta de texto de Medida Provisória para fundir em uma mesma instituição a Capes e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A medida vai ao encontro com a tentativa bolsonarista de privatizar das universidades federais por meio do famigerado projeto “Future-se”, que coloca a gestão das instituições de ensino nas mãos de Organizações Sociais.

Na última reunião do conselho superior da Capes, no dia 1º de outubro, o presidente da autarquia, Anderson Correia, confirmou que o governo pretenha transformar os principais órgãos responsáveis pelo fomento à pesquisa científica no país em uma única fundação.

A medida gerou reação na área. Um grupo de entidades lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) encaminhou uma carta aos ministros da Educação; Casa Civil; Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Economia; à Secretaria de Governo; e aos presidentes da Câmara e do Senado manifestando posição contrária à fusão.

“Qualquer extinção/fusão/incorporação dessas agências será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de CT&I”, alertam entidades acadêmicas, científicas e tecnológicas de todo o País.

“Seria uma medida equivocada sob todos os aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm

missões bastante claras e complementares”, diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Andifes (que reúne reitores das universidades federais). Além da Embrapa, da Fiocruz e os reitores da USP, UnB, UNIRIO e UNIFESP.

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, afirma que agências devem continuar independentes e complementares, como tem sido ao longo das últimas seis décadas.

“Elas têm diferentes objetivos, diferentes finalidades. Há mais de seis décadas, vêm apoiando e fomentando as pesquisas, a formação de recursos humanos qualificados, o desenvolvimento científico e tecnológico, cada uma com suas funções próprias, e com muito sucesso. O aprimoramento é sempre importante e bem vindo, mas Capes e CNPq devem continuar independentes e complementares, como sempre foram”, ressalta Moreira.



Audiência da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público

“Proposta do governo ataca serviço público e agrava crise do país”, denunciam servidores

A reforma administrativa que o governo está prestes a enviar ao Congresso Nacional, que propõe um enxugamento drástico no custeio da administração federal e tem entre seus pontos o fim da estabilidade para os futuros servidores públicos e redução de salários e benefícios, entre outras mudanças, vem mobilizando a categoria, especialistas da área e parlamentares.

Na manhã desta terça-feira (15), a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público reuniu, na Câmara dos Deputados, servidores e entidades representativas do funcionalismo.

Para o economista e auditor federal de Finanças e Controle, Bráulio Cerqueira, “a reforma administra-

tiva, junto com a lei do teto dos gastos, pode agravar a crise na prestação dos serviços, em consequência da precarização dos direitos trabalhistas e do emprego público. Será um tiro no pé da sociedade”.

“Vivemos no país mais desigual de todo o planeta e a única maneira de fazer com que sigamos nessa situação é usando de violência e mentira. Violência e mentira caracterizam perfeitamente o que está sendo feito com o servidor público brasileiro, que foi colocado no papel de vilão, justamente no momento em que o país mais precisa dele. Não existe nação forte com estado fraco”, reforçou o economista Eduardo Moreira.

De acordo com o presidente do Fonacate, Ru-

dinei Marques, hoje, em percentual do Produto Interno Bruto, as despesas federais com pessoal (incluindo aposentados) já são menores do que em 2002: “4,4% contra 4,8%”. O crescimento recente das despesas decorre da estagnação da economia”.

Para Bráulio Cerqueira, o ajuste fiscal pelo lado das despesas “não permite que o gasto público cresça em consonância com a expansão da população. Isso pode causar uma paralisação do serviço público e a estagnação da economia”.

Ele destaca que “grandes empresas, nacionais e internacionais, estão fechando as portas. Isso é o resultado de uma política que cria 13 milhões de desempregados e precariza o serviço público”.

“Sociedade brasileira precisa ser alertada para o perigo que ataques representam para o futuro do país”, diz reitor Marcelo Knobel

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) aprovou, na tarde de terça-feira (15), uma moção em defesa da ciência, educação e autonomia universitária durante a segunda assembleia extraordinária da história da universidade.

Segundo a equipe de segurança da Unicamp, ao menos 8 mil pessoas, incluindo alunos, professores e membros da administração se reuniram no Ciclo Básico do campus de Campinas (SP) para aprovar o documento. A assembleia foi convocada pelo Conselho Universitário da Unicamp (Consu). O último ato desta proporção aconteceu em 1981, durante a ditadura militar, em repúdio à invasão do campus universitário.

“Neste local, que já serviu de palco para outros movimentos memoráveis da história da Unicamp e do país, ouviremos manifestações hoje de pessoas com convicções e pensamentos distintos unidos em prol do mesmo objetivo”, disse o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, durante o discurso de abertura.

Ele também ressaltou que as universidades são espaços de diversidade, onde grandes questões do mundo são discutidas e que, por isso, ameaças a elas não podem ser toleradas. “É inaceitável que as universidades públicas brasileiras sejam vítimas de pressões de qualquer sorte, financeiras, sociais ou ideológicas, que as impeçam de desempenhar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma livre e autônoma. A sociedade brasileira precisa ser alertada para o perigo que tais ataques representam para o futuro do país”, defendeu Knobel.

O reitor deixou claro que o objetivo da assembleia não foi o de fazer ataques a partidos ou esferas governamentais específicas, mas sim reiterar a importância das universidades públicas e alertar para os riscos dos ataques e cortes orçamentários recentes. “Somos uma universidade estadual, então não há cortes do governo do Estado, os repasses estão corretos. Mas certamente nós dependemos muito das bolsas da CAPES, que é do Ministério da Educação, do CNPq, que é do Ministério de Ciência e Tecnologia, e esses cortes anunciados nas bolsas impactam e muito as pesquisas dos nossos estudantes, pesquisas realizadas aqui na Unicamp e em todo o país”, explicou.

“Em que pesem as diferenças que certamente existem entre nós, estamos todos aqui, no coração da Unicamp, para defender um ideal comum: a universidade pública, a educação, a ciência e a tecnologia”, concluiu o reitor.

Representante dos professores eméritos da universidade, Carlos Vogt lembrou a experiência vivida na última assembleia universitária ocorrida na Unicamp, em 1981. Na ocasião, a comunidade resistiu contra as tentativas de intervenção realizadas pelo governo estadual da época. Ele lembrou que o prédio do Ciclo Básico foi pensado como uma agora da universidade, comparando o local aos espaços das antigas cidades gregas onde se discutiam as questões sociais, objetivo que se concretiza com eventos como a assembleia.

“Esse é um momento em que temos de estar unidos, juntos, é um momento em que as diferenças, a

diversidade, as manifestações de objetivos próprios estão orientadas, do ponto de vista da nossa ação, para um objetivo comum, que é resistir a eles, dizer não a eles, colocar a universidade na situação em que ela sempre esteve, de exercício da inteligência, do exercício acadêmico, da produção intelectual, da produção de interesse social, de luta e de bastião fundamental da democracia”, reforçou Carlos Vogt.

Também utilizaram o microfone representantes da graduação, pós-graduação, do sindicato que representa os trabalhadores da Unicamp (STU), da associação dos docentes (Adunicamp), além de integrantes do Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação, e de professores eméritos.

“O momento é grave, a gente está enfrentando provavelmente o que são um dos maiores ataques na universidade pública. E o Future-se que vem para acabar com os pilares da universidade pública, é o contingenciamento de verbas para pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)”, disse um estudante, durante a assembleia.

“É um primeiro sinal de que estamos mobilizados para lidar tanto com a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – das Universidades quanto com os cortes nas agências de fomento”, defendeu Matheus Albino, representante da Associação de Pós-Graduandos e Graduandas da instituição.

RESISTÊNCIA

O professor Ildeu de Castro Moreira, presidente reeleito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), veio agradecer à Unicamp pelo exemplo de realizar um evento importante que pode contribuir para conchamar a comunidade do país inteiro a se mobilizar e se posicionar claramente diante do momento difícil vivido pela universidade pública, pelo sistema de ciência e tecnologia e pela educação como um todo.

“A universidade – e a Unicamp em particular – tem um papel muito importante no debate e articulação com outros setores para superar as dificuldades que estamos enfrentando, também com destruições aceleradas no meio ambiente e em que o poder econômico valoriza apenas um setor, o dos financistas”, destacou.

Ildeu Moreira lembrou que a SBPC possui 144 entidades científicas filiadas de todas as áreas do conhecimento, promovendo ações de resistência contra o desmonte do sistema de C&T, como junto a parlamentares e ministros, informando-os de que o orçamento para o setor em 2020 é catastrófico.

“Tivemos o corte drástico para o CNPq, a Capes teve o orçamento reduzido à metade e a Finep viu 90% dos recursos vindos de setores econômicos congelados. Falam ainda na fusão do CNPq com a Capes, agências fundamentais há décadas e que seriam descontinuadas, é uma decisão burra. Além da atuação contra esse desmonte, devemos pensar também para a frente, em um projeto de país, com empresários, trabalhadores e a universidade que tem essa obrigação social”, ressaltou Ildeu.



Nivaldo Santana: novos riscos para os sindicatos

Desde 1º de maio de 1943, vigora no país a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com quase mil artigos, a CLT elevou o patamar de direitos dos trabalhadores, definiu os parâmetros da organização sindical e o papel da Justiça do Trabalho para arbitrar conflitos trabalhistas individuais e coletivos.

Com o fim do regime militar, novos avanços foram alcançados na área do trabalho. A Constituição Federal, em seu capítulo II, dos direitos sociais, incorporou diversos direitos previstos na CLT e criou outros novos.

O artigo 7º, por exemplo, tem 34 incisos sobre direitos sociais, o artigo 8º assegurou a liberdade, autonomia e unicidade sindical, a estabilidade dos sindicalistas, a participação obrigatória dos sindicatos nas negociações coletivas, as fontes de custeio, etc.

Depois da Constituição de 1988, os sindicatos ficaram livres para elaborar os seus estatutos (foi abolido o estatuto-padrão), fixar as cotizações, aprovar programas de ação, disciplinar o processo eleitoral, tudo sem interferência ou intervenção do Estado.

Nos seus 76 anos, a CLT sofreu centenas de modificações, para adequá-la à evolução do mercado de trabalho, sem desfigurar o seu conteúdo básico e, mais do que isso, dando status constitucional a muitos dos seus artigos.

Essa realidade começa a sofrer um radical retrocesso a partir do governo ilegítimo de Temer. Em 2017, foi aprovada a reforma trabalhista e sindical que, entre outros retrocessos, cria o chamado trabalho intermitente (legaliza o trabalho precário), adotando o conceito de prevalência do negociado sobre o legislado, rasgando, na prática, a CLT e acaba com a contribuição sindical obrigatória.

Há em curso uma viragem completa nos direitos trabalhistas e sindicais do país. Antes, a CLT e a Constituição eram o patamar mínimo de direitos a partir dos quais os sindicatos negociavam com os patrões novos avanços. O que era piso, agora virou teto.

Para facilitar a aplicação desse saco de maldades, o governo também procura fragilizar os sindicatos, corta parte importante de suas fontes de custeio, e limita ao máximo a ação da Justiça do Trabalho, com a cobrança de custas e multas judiciais dos trabalhadores.

Mas tragédia pouca é bobagem! Com o governo Bolsonaro, os ataques aos direitos e à organização sindical adquirem novo impulso. O programa de governo bolsonarista prega a criação da carteira de trabalho verde e amarela e o fim da unicidade sindical.

Para realizar essa tarefa, foi criado o chamado Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET), com a missão de preparar uma proposta de emenda constitucional para construir uma nova legislação trabalhista e sindical no país.

No terreno da organização sindical, os integrantes do GAET, grupo que não conta com representação dos trabalhadores, não escondem os seus objetivos: querem fragmentar e pulverizar a organização sindical brasileira, com a adoção do pluralismo.

O pluralismo sindical é uma concepção liberal que parte do pressuposto de que os direitos e interesses individuais devem prevalecer sobre os direitos coletivos, de classe. Setores da cúpula do movimento sindical, contrariando suas próprias bases, abraçam essas teses liberais.

Independentemente das concepções sindicais de cada central, é importante ficar atento à experiência histórica. Os direitos dos trabalhadores e os avanços do movimento sindical dependem do ambiente político, da correlação de forças, da existência de governos democráticos.

Na conjuntura atual, com um governo de extrema-direita, é temerário, para não dizer um erro grave, embarcar na canoa furada de mexer na Constituição, imaginando que sejam possíveis regras mais avançadas para os trabalhadores e suas representações de classe.

Mais do que nunca, as centrais sindicais, as confederações, as federações e o conjunto do movimento sindical devem construir uma sólida unidade em defesa dos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição e na CLT.

Na questão da organização sindical, mexer no artigo 8º da Constituição, principalmente no dispositivo que assegura a unicidade sindical é dar um tiro no pé. O simples debate desta possibilidade joga água no moinho dos nossos adversários políticos.

São legítimas as diferentes concepções sobre organização sindical e cada uma das centrais tem o direito de defender suas propostas. Mas não é disso que se trata no momento, e sim de uma avaliação equilibrada da complexidade política atual.

Fica o alerta: o mar não está para peixe, baixar a guarda agora e abrir um debate a respeito de uma radical mudança na organização sindical pode ser um desastre de graves consequências para o sindicalismo brasileiro.

*Nivaldo Santana é secretário sindical do PCdoB e secretário de Relações Internacionais da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Com 95,63% dos votos apurados, Evo chega à vitória no 1º turno



Evo Morales chegou a 46,85% contra 36,74% do segundo colocado

Luis Arce: "Bolívia lidera pelo sétimo ano consecutivo o crescimento na região"

"Em 2019, pelo sétimo ano consecutivo, vamos liderar o crescimento econômico da região", comemorou o ministro da Economia e Finanças Públicas da Bolívia, Luis Arce, frisando que a "nacionalização dos recursos naturais e a industrialização têm sido essenciais para o êxito do processo de transformação comandado pelo presidente Evo Morales".

Em entrevista exclusiva dada no salão ministerial, em La Paz, Arce registrou que a lógica do modelo adotado pelo seu partido, o Movimento Ao Socialismo (MAS), é "completamente contrária à neoliberal", uma vez que está focada "principalmente no crescimento do mercado interno, na melhoria da qualidade de vida das pessoas". Luis Arce assegurou que foi a construção de bases econômicas sólidas o que permitiu avanços sociais extremamente importantes, como o da geração e elevação de renda, da diminuição da taxa de desemprego – de mais de 8% para 4% –, de eliminação do analfabetismo e redução da diferença entre ricos e pobres de 128 para 40 vezes.

Para o ministro, nas eleições deste domingo os bolivianos decidiram "entre continuar com este processo de industrialização, para gerar empregos e fontes de renda diversificadas, ou retornar ao passado neoliberal, quando tivemos experiências como as do senhor Macri na Argentina, de Bolsonaro no Brasil e Lenin Moreno no Equador".

LEONARDO WEXELL SEVERO, de La Paz – Bolívia

As vésperas da eleição a oposição e setores da mídia alertam para a catástrofe, caso Evo continue à frente da Presidência. Na verdade, os números da economia boliviana apontam para que direção?

Os números da Bolívia talvez sejam os melhores da região, apontam que nosso país vai continuar crescendo. Inclusive nesta gestão, em 2019, vamos liderar mais uma vez o crescimento econômico da região. Serão sete anos em que a Bolívia lidera o crescimento sob a condução do presidente Evo Morales.

Isso em que pese um contexto de crise internacional, que está afetando a vários países e que fez com que muitos organismos internacionais tendam a baixar as suas projeções, inclusive para a Bolívia. Ainda assim, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) o nosso país continuará liderando nesta gestão 2019.

Por outro lado, os resultados sociais continuarão sendo bons. Seguimos reduzindo a pobreza, seguimos reduzindo o desemprego, seguimos reduzindo a distância entre ricos e pobres, continuamos com o processo redistributivo de renda, portanto seguimos melhorando os indicadores sociais.

Uma realidade totalmente diferente daquela pintada pelos catastrofistas. Bom, este é o panorama real que temos para a Bolívia, com estabilidade de preços. Tenho escutado, querem nos comparar com outros países da região onde a inflação é alta. Nunca iremos chegar a estes indi-



Luis Arce, ministro de Economia e Finanças Públicas

cadores, não há problemas.

Temos a inflação e a dívida externa controladas, temos os indicadores macroeconômicos sob absoluto controle e estão entre os melhores níveis.

A Bolívia teve uma inflação anual de 1,5% em 2018 e neste ano não vamos ultrapassar os 2%. A relação dívida externa/Produto Interno Bruto (PIB) não ultrapassa 24,5%. São indicadores extremamente cómodos para a economia nacional, e vamos continuar assim.

Uma das questões-chaves para o desenvolvimento tem sido o forte investimento na industrialização a partir da nacionalização das riquezas nacionais, fale um pouco sobre isso

Claro, a estratégia do modelo tem sido precisamente gerar excedentes a partir dos recursos naturais e começar o processo de industrialização para construir uma nova base econômica mais ampla e mais diversificada. E isso nós temos feito pouco a pouco.

Os excedentes que geramos são redistribuídos, na parte social. A parte propriamente econômica da nacionalização, determinada pelo presidente Evo em 1º de Maio de 2006, é chave para entender o que está se passando. Se não tivesse ocorrido a nacionalização dos hidrocarbonetos, jamais poderíamos ter chegado aos níveis de crescimento que tivemos. Por quê? Escutei comentaristas neoliberais falarem: é que os altos preços internacionais beneficiaram a Bolívia.

Em relação a isso a resposta é bem simples: o que teria ocorrido se não tivéssemos nacionalizado, se os preços estavam altos e fossem as transnacionais que continuassem no comando? Tudo continuaria igual, simples. Não é preciso fazer muitos modelos econômicos para poder entender isso.

Sem a nacionalização, o saque continuaria e as riquezas seguiriam sendo sangradas

Exatamente. Então fizemos nós mesmos. Nos apropriamos do excedente que ficava com a transnacionalização dos hidrocarbonetos, que agora fica no país, um dinheiro que começou a ser distribuído entre os bolivianos com a Renda Dignidade (que ganham todos bolivianos com mais de 60 anos), o Bônus Juancito Pinto (que estimula o desenvolvimento escolar), com as políticas redistributivas de renda que temos gerado para que as pessoas melhorem a sua qualidade de vida. Isso aumentou a demanda interna, isso fez com que os empresários pri-

vados do país também sejam beneficiados, porque à medida que a demanda interna melhora, pois as pessoas mais humildes têm capacidade de compra, a produção aumenta. Por isso subimos o Produto Interno Bruto de US\$ 9,5 bilhões em 2005 para mais de US\$ 40 bilhões no ano passado e este ano vamos ultrapassar os US\$ 42 bilhões. Então esse processo inicial de nacionalização dos hidrocarbonetos teve este efeito dinamizador.

Adicionalmente, o governo boliviano, encabeçado pelo presidente, o que tem feito é industrializar. Hoje temos unidades separadoras de líquidos no Rio Grande, para a exportação de gás para o Brasil e em Yacuiba, a Carlos Villegas, para a Argentina. Nós ainda estávamos fazendo um mau negócio, um mau negócio feito pelos neoliberais, que era vender o gás rico [que tem componentes nobres misturados ao gás].

Brasil e Argentina recebiam o nosso gás e faziam a separação e muitas vezes os produtos desta separação voltavam pelo outro lado da porta. Agora não, estes produtos ficam na Bolívia, estou falando da parte líquida. O gás seco se exporta para o Brasil e para a Argentina, que necessitam para as suas termoelétricas. E nós fazemos petroquímica com o que sobra. Adicionalmente, fizemos nossa planta de ureia, que está funcionando 100%, e estamos exportando. Temos vários projetos mais de industrialização, como a produção de plástico.

Temos outras indústrias com base nos nossos recursos naturais. A Bolívia vai entrar na produção de baterias de lítio, já está assinada a parceria com uma empresa alemã para produção e exportação de baterias de lítio. Nós temos feito a mineração e separamos o carbonato de lítio para as unidades, para produzir as baterias, e o potássio é um fertilizante. Então temos o nitrogênio com a ureia, o potássio, o fósforo, e assim vamos entrando gradualmente na petroquímica, para gerar a indústria química básica e dar o salto qualitativo da industrialização.

Adicionalmente estamos criando as condições para termos um setor agropecuário sumamente forte, já não necessitando mais de insumos importados, pois tudo estaremos produzindo nós mesmos. Se produzimos sementes, temos os fertilizantes, está em formação a fábrica de produção de agroquímicos que necessitamos, a Bolívia vai ser soberana e com uma capacidade exportadora. Esta é a Bolívia que estamos construindo.



Bandeira Síria erguida em Raqqa após 6 anos

Após saída do nordeste da Síria, EUA bate em retirada de Raqqa e Tabqa

Depois de deixar as bases ao nordeste da Síria, nas proximidades das cidades de maioria curda, Manbij e Kobane (de nome árabe Ayn Al Arab), os Estados Unidos informam que também se retiraram de bases próximas às cidades de Raqqa e Tabqa.

Ao mesmo tempo, forças sírias avançaram nestas cidades próximas à fronteira turca. A agência de notícias síria, SANA, divulgou fotos nas quais as forças governamentais hastearam bandeiras nacionais nos prédios públicos de Kobane.

A saída da região, tanto a de Raqqa, quanto a de Tabqa, foi confirmada em declarações do porta-voz das tropas de ocupação dos EUA, coronel Myles Caggins dizendo que continua a "deliberada retirada" e acrescentando que "no dia 16 saímos de Raqqa e Tabqa".

A retirada norte-americana das bases em território sírio invadido se deu, de acordo com o jornal New York Times, "às pressas". A coisa aconteceu de tal forma que, apesar da declarada intenção, quanto às bases deixadas para trás, de não entregá-las intactas para a entrada de forças sírias ou russas, eles só o conseguiram com relação à primeira delas, a que ficava próxima a Kobane, que ficou totalmente destruída.

A segunda das bases abandonadas, Manbij, não pôde ser destruída (havia receio por Trump e Pentágono de que foguetes vindos da Turquia – pelo menos um dos foguetes caiu perto da base de Kobane no início da retirada – provocassem baixas entre os soldados americanos elevando o desgaste da Casa Branca). Da base de Manbij, segundo informou o comando da invasão, foi retirado "equipamento". Segundo jornais regionais, nas paredes da base foram desenhadas figuras obscenas e frases hostis. Forças russas entraram logo a seguir procedendo à limpeza do local.

RAQQA AGORA LIVRE

Raqqa depois de meses de bombardeios pelos EUA – Mahmoud Bali – VOA

A saída norte-americana da cidade de Raqqa, tem um significado especial pois foi esta cidade, que os bombardeios norte-americanos de junho a setembro de 2017, destruíram quase completamente. Ela havia sido ocupada pelos fanáticos do Daesh (Estado Islâmico) em 2013. Os norte-americanos, que a princípio viram neste bando um fator de desestabilização do governo sírio, constatando que os sírios, com o apoio russo, venciam os demais bandos financiados pelos EUA, acabou usando o Daesh (desqualificados por suas assumidas execuções em massa) como pretexto para atacar e ocupar Raqqa e, das bases e postos de controle próximos à cidade atacar também as forças sírias que combatiam facções terroristas e o próprio Daesh.

O jornalista Thomas Gibbons (NYT), diz que a retirada é quase total, mas ainda restaram algumas centenas de soldados dos EUA na região sul do país, em especial nas fronteiras com o Iraque e com a Jordânia. Nesta última ficou a base de Al Tanf. Al Tanf está na passagem entre a Síria e Jordânia. Ficaram ainda mais alguns postos próximos às cidades de Dir Ezzor, Bukamal e Hajin.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Com fracasso de Netanyahu, Gantz é o indicado a compor governo

O premiê Bibi Netanyahu reconheceu, nesta segunda, sua incapacidade em formar governo e devolveu ao presidente israelense, Reuven Rivlin, o mandato que lhe fora entregue pouco mais de 50 horas antes do final do prazo de 28 dias para reunir em torno de si um gabinete ministerial com o apoio de 61 deputados.

Rivlin já anunciou que deve entregar ao opositor Benny Gantz a incumbência de formar governo até a próxima quinta-feira. Gantz também terá 28 dias para reunir o apoio suficiente para assumir o comando do país.

Gantz, ex-chefe do Estado Maior do exército israelense, fez uma campanha baseada nos anseios de paz e de democratização de Israel, com a inclusão dos seus cidadãos árabes, cada vez mais marginalizados e hostilizados pelos sucessivos governos comandados por Netanyahu e prometendo encetar os primeiros passos para que Israel se transforme em um Estado secular.

Com isso, recebeu apoio do secular Yair Lapid, com o qual formou o bloco Kahol Lavan, ao qual se incorporou a líder trabalhista Stav Shafir. Teve ainda adesão trabalhista, com destaque para o líder sindical Amir Peretz; do partido de esquerda Meretz e das quatro correntes que compõem a Lista Árabe Unida.

Com os votos de seu próprio bloco (que perfêz, 33 deputados, um a mais do que os votos obtidos pelo bloco Likud, de Netanyahu) e este conjunto de forças, Gantz chegou a 54

apoios de parlamentares. Os demais sete deputados que agora necessita para chegar a maioria do Knesset, parlamento de Israel, devem resultar de intensas negociações que já começam a se iniciar.

A derrocada de Netanyahu que, pela primeira vez em 12 anos, deixa de formar governo sob sua liderança se soma a outras figuras as mais obscuras e obtusas da direita das quais Bolsonaro se aproximou e que foram alijadas do poder. Estamos falando do próprio Netanyahu, com quem disse, assim que tomou posse, estar de namoro, antes de casar; do xenófobo Salvini, derrotado em manobra para tomar de assalto o governo italiano e do argentino Macri, em despenhadeiro nas pesquisas, dias antes das eleições argentinas.

Antes de declarar sua incapacidade para formar governo, Netanyahu – prestes a ser condenado por suborno, fraude e quebra de confiança – fez ameaças a todos os israelenses, dizendo que o país "nunca esteve tão ameaçado em termos de segurança" e que, do governo de Gantz, fariam parte os "perigosos partidos árabes", como se o perigo para os israelenses não fosse a beligerância contra todo os povos do Oriente Médio, indignados com sua política de segregação e genocídio dos palestinos, levando a uma permanente instabilidade, quando não à guerra aberta, em tumultuadas relações com os governos árabes independentes que se constituem nas proximidades do país.

NATHANIEL BRAIA

De acordo com a legislação boliviana, para alcançar a vitória em primeiro turno, Evo Morales precisava conquistar ao menos 40% dos votos e uma vantagem de 10 pontos percentuais sobre o segundo colocado. Tal condição foi atingida a menos de 5% do cômputo final

Após garantir maioria na Câmara e no Senado, o presidente da Bolívia, Evo Morales, do Movimento Ao Socialismo (MAS), com 95,63% dos votos apurados, desputa como provável reeleito nesta segunda-feira à noite com 2.757.634 votos (46,85%) contra 2.162.237 (36,74%) do seu principal opositor, Carlos Mesa, do Comunidade Cidadã (CC), para o período 2020-2025. A tendência era considerada irreversível por estarem chegando as "urnas do campo", amplamente majoritárias pró-Evo.

Conforme a legislação eleitoral boliviana, para sagrar-se vencedor em primeiro turno, realizado no último domingo, o candidato precisaria fazer 50% dos votou ou mais de 40% e abrir uma vantagem de 10% sobre o segundo colocado.

No mundo, dos 341 mil eleitores espalhados pelos mais diferentes países, Evo conquistou mais de 60% contra apenas 26% de Mesa. Entre os destaques da lavada percentual contra o candidato do neoliberalismo, a Argentina e o Brasil marcaram presença e goleadas 82 x 8 e 70 x 9. Quem conhece entreguismo, privatização, arrocho e desemprego não cai em canto de sereia nem aceita retrocesso.

Diante de uma multidão no comício final de El Alto, cidade operária vizinha a La Paz, onde venceu com mais de 55% contra 23%, o presidente anunciou que a vitória do povo boliviano nas eleições seria "a derrota do imperialismo e dos vendepátria, a derrota do neoliberalismo, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, da sua cartilha de privatizações". Como projetou Evo, representou "a vitória dos que se unem, organizam e mobilizam contra a submissão ao estrangeiro, contra a pobreza e a desigualdade". "Depois de nacionalizar,

começamos a industrializar os hidrocarbonetos, o ferro e o lítio e vamos continuar com nossos programas econômicos, investindo nos programas de substituição de importações", acrescentou.

Na última semana, o presidente apresentou provas do envolvimento da embaixada norte-americana em chantagens e subornos de comunidades para que votassem na oposição. Algo muito semelhante ao que ocorreu nos departamentos de Beni, Pando, Tarija e Santa Cruz em 2008, quando os Estados Unidos conspiraram abertamente e estimularam atos de violência da oligarquia para dividir a chamada "Meia Lua" do país. O fato levou à expulsão do embaixador estadunidense Philip Goldberg.

Profundamente comprometido com seu povo, Evo tem dito que não quer ser o melhor presidente da Bolívia, mas "o presidente da melhor Bolívia da história". Por isso, explicou, "todos os dias iniciamos a trabalhar antes das cinco da manhã e terminamos depois da meia noite, entregando diariamente obras em três e até cinco departamentos [Estados]".

A informação da quarta eleição, de Evo e de seu vice, Alvaro García Linera, que conforme os cerca de 200 observadores internacionais transcorreu "em clima de paz e tranquilidade", foi confirmada pelo TSE em meio a uma choradeira dos vende-pátria e de sua mídia, que alegavam uma suposta "fraude".

No desespero, um dos jornais da oligarquia chegou a destacar em título "seis mortos no dia da eleição". O incauto que ecoasse a barbaridade sem ler as entrelinhas não veria que dois bolivianos morreram de ataques do coração e quatro em acidentes de trânsito. Manipulação grotesca.

LEONARDO SEVERO

Brexit: Câmara dos Comuns rejeita a nova tentativa de Boris para votar o acordo

Em nova derrota para o primeiro-ministro Boris Johnson, sua pretensão de pôr seu acordo de Brexit em votação nesta segunda-feira (21), por uma nova moção, foi rechaçada pelo presidente da câmara baixa do parlamento britânico (Câmara dos Comuns), John Bercow, que a considerou ser, substancialmente, a apresentada no sábado.

"A minha decisão é que a moção não será debatida hoje, pois isso seria repetitivo e disruptivo", afirmou Bercow, dizendo que o governo poderia voltar a apresentá-la em segunda leitura, além de que os deputados precisam de mais tempo para analisar o acordo Brexit fechado num esforço de penúltimo minuto com Bruxelas.

Não restou ao governo Johnson senão anunciar, através de seu ministro dos Assuntos Parlamentares, Jacob Rees-Mogg, que a apresentação em segunda leitura será nesta-terça e passará à fase das comissões no mesmo dia. A disposição do governo Johnson é concluir todos procedimentos até quinta-feira.

Mas há empecilhos – além da falta de votos até aqui. Como lembrou The Sun, uma lei de 2010 – Lei da Reforma Constitucional e Governança – exige que qualquer tratado seja depositado no Parlamento 21 dias antes de poder ser ratificado.

Até o Halloween, 31 de outubro – data 'impreterível' de saída da União Europeia

prometida por Johnson – são só dez dias.

Também o tribunal da Escócia está avaliando se o primeiro-ministro, com as suas três cartas a Bruxelas, cumpriu ou violou aquilo que mandava a Lei Benn, ou seja, pedir um novo adiamento do Brexit em nome da Grã Bretanha. Johnson se cansou de dizer que não pediria um adiamento do Brexit e até preferia aparecer morto numa vala. O estrategema de Johnson foi enviar uma carta de pedido sem assinar; um carta pessoal e assinada, contra o adiamento; e uma terceira carta, assinada pelo embaixador junto à UE, 'esclarecendo' que a carta não assinada era a posição do parlamento.

O tempo também é exíguo, levando em conta que, além de aprovado no Parlamento britânico, o acordo Brexit tem que ser ratificado também pelo Parlamento Europeu.

Na Câmara dos Lordes, o secretário para o Brexit, Steve Barclay, enviou o recado de que a ameaça de um não-acordo continua existindo. "O risco de um Não Acordo permanece. A UE27 pode não concordar com uma extensão e a câmara [Parlamento] não concordou com uma data para a saída, portanto esse risco continua existindo e por isso é importante que continuemos a nos preparar para ele".

Matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Revolta contra o arrocho de Piñera alastra-se pelo Chile



Alicia Alonso protagonista em "Giselle"

Alicia Alonso, a bailarina mais universal de Cuba

A bailarina cubana mais reconhecida do mundo, Alicia Alonso, morreu nesta quinta-feira (17) aos 98 anos, informou o Ballet Nacional de Cuba (BNC). A lendária artista participou da fundação do American Ballet Theatre nos Estados Unidos e do BNC, na primeira metade do século XX.

Qualidades e decisões tecerem lendas sobre Alicia, algumas associadas ao seu virtuosismo técnico e interpretativo nas obras clássicas, outras à decisão de continuar dançando apesar da perda progressiva da visão e da vontade de permanecer ativa no palco até a idade muito avançada.

A primeira-dama cubana do ballet dirigiu o BNC, os Festivais Internacionais de Balé de Havana e montou coreografias. "A arte pode contribuir para a compreensão e o diálogo entre os povos, pois mostra algumas das coincidências mais altas e puras entre todos os seres humanos", disse ela uma vez à Prensa Latina.

A escola de balé cubana fundada por Alicia, Fernando e Alberto Alonso é única nas Américas e uma das seis mais reconhecidas no mundo. O BNC criado por eles três, em 1948, foi distinguido pelo governo cubano no ano passado como Patrimônio Cultural da Nação.

Da trilogia de Alonso, Alicia serviu de modelo para o professor Fernando quando escreveu as bases metodológicas da escola cubana e estreou grande parte das coreografias de Alberto, o primeiro grande defensor da identidade nacional do campo coreográfico. O grande dançarino recebeu o Prêmio Nacional de Dança em Cuba; a Medalha de Ouro do Círculo de Belas Artes de Madri, na Espanha; e o Prêmio ALBA de Artes, um prêmio concedido apenas a personalidades reconhecidas do continente.

Em 2000, o Conselho de Estado da República de Cuba concedeu a Alicia a condecoração mais alta da ilha, a Ordem José Martí e, em 2015, a mesma entidade decidiu acrescentar ao Grande Teatro de Havana o nome de Alicia Alonso. Dentro daquele coliseu cultural, uma estátua de bronze da artista interpretando Giselle, quando, sua coreografia clássica favorita, atrai os olhos dos visitantes.

Em 2003, o então presidente da França, Jacques Chirac, conferiu a ela o cargo de Oficial da Legião de Honra e, em 2017, foi investida como Embaixadora da Boa Vontade da Unesco. Além disso, esta organização criou oficialmente a Cadeira Ibero-Americana de Dança Alicia Alonso em 2018, anexada à Universidade Rey Juan Carlos, na Espanha, em Madri.

Desde janeiro de 2019, ela compartilhou a direção artística do BNC com uma de suas discípulas, a primeira bailarina Viengsay Valdés. Dessa forma, a escola que Alicia contribuiu para a criação garante sua continuidade.

Muitos outros prêmios realçam o currículo da lendária artista, incluindo a Estrela do Século, concedida pelo Instituto Latino de Música por ter sido uma verdadeira promotora da cadência latina dentro da dança clássica. No entanto, nenhum prêmio é comparável à sua marca como o principal paradigma de dançarinos em Cuba, um reconhecimento que pressiona, pela alta demanda, todos os dançarinos do presente.

Fontes: Vermelho e Prensa Latina

Foto: Publinetrio



Conflagração chilena chega a Concepción, Valparaíso, Viña del Mar, Iquique etc.

Pequim adverte Câmara dos Estados Unidos: "Hong Kong é assunto interno da China"

Em termos enérgicos, o governo chinês repudiou a aprovação, na Câmara dos Deputados dos EUA, de projeto de lei para interferência escancarada em Hong Kong, zona administrativa especial dentro do princípio de "uma só China, dois sistemas", e que vem vivendo uma onda de confrontos há quatro meses. A lei ainda precisa ir à plenário no Senado e da assinatura de Trump. Ex-colônia britânica, Hong Kong foi arrancada da China por meio da Guerra do Ópio e só devolvida um século depois.

Pequim advertiu que tomará fortes contramedidas contra qualquer tentativa de violação de sua soberania, segurança e interesses de desenvolvimento e instou Washington a recuar desses atos imprudentes.

A legislação pretende estabelecer uma chantagem permanente sobre a China, via 'exame' anual da 'autonomia de Hong Kong' a cargo dos deputados norte-americanos, podendo declarar sanções e outras provocações.

"Expressamos nossa forte indignação e oposição resoluta à insistência da Câmara dos Deputados dos EUA em adotar a chamada "Declaração de Direitos de Hong Kong sobre Direitos Humanos e Democracia", afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Geng Shuang.

Como ele enfatizou, "Hong Kong é Hong Kong da China, os assuntos de Hong Kong são puramente assuntos internos da China e nenhuma força externa pode intervir. Aconselhamos os EUA a reconhecer a situação, interromper imediatamente a promoção do projeto de lei sobre de Hong Kong e interromper imediatamente a intervenção nos negócios de Hong Kong e nos assuntos internos da China".

Geng reiterou que a questão que atualmente aflije Hong Kong "não é a chamada questão dos direitos humanos e da democracia, mas a questão da interrupção da violência, da restauração da ordem e da manutenção do Estado de Direito o mais rápido possível".

O diplomata denunciou que a Câmara dos Depu-

tados dos EUA "ignora os fatos, inverte o preto e o branco e chama de direitos humanos e democracia a crimes graves como incêndio criminoso, vandalização de lojas e agressões violentas".

O que classificou de "padrão duplo, que expõe completamente certas pessoas nos Estados Unidos e sua hipocrisia extrema e intenções sinistras de minar a prosperidade e estabilidade de Hong Kong e conter o desenvolvimento da China".

Geng advertiu que, se persistirem na aprovação, isso não apenas prejudicará os interesses do lado chinês, mas também prejudicará as relações sino-americanas, além de minar seriamente os interesses dos Estados Unidos.

Leia matéria completa em www.horadopovo.com.br



Grupos pró-colonialismo exibem bandeiras dos EUA em Hong Kong e clamam por intervenção estrangeira

Relator da ONU denuncia que Assange sofre tortura

Em uma coletiva de imprensa na sede das Nações Unidas em Nova York, em 15 de outubro, o Relator Especial da ONU sobre Tortura Nils Melzer reafirmou e atualizou sua avaliação de maio deste ano de que o editor do WikiLeaks, Julian Assange, foi submetido a uma campanha sem precedentes de perseguição que equivale a "tortura" e que constitui uma tentativa de "linchamento público".

Mais famoso jornalista sob perseguição do mundo, ao ser jogado indefinidamente na 'Guantánamo britânica' para aguardar a extradição pedida por Washington, depois de ali cumprir pena por ter se asilado para escapar da extradição aos EUA e de ter sido arrancado à força da embaixada do Equador, Assange explicitamente está sendo mantido como prisioneiro político a mando do regime Trump.

O que torna Assange tão impalatável para Washington é ter exposto os crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão, o intervencionismo do Departamento de Estado no planeta inteiro e a vigilância

em massa e guerra cibernética da CIA. Além de ter ajudado o denunciante Edward Snowden a escapar e rompiu o monopólio de informação.

O que fez o secretário de Estado de Trump Mike Pompeo considerar o WikiLeaks uma 'organização de inteligência não-estatal hostil', ojeriza compartilhada pela antecessora no cargo, Hillary Clinton, que chegou a sugerir silêncio a Assange com um ataque de drone.

Apesar da deterioração de sua condição médica, Assange vem sendo mantido em condições de virtual confinamento solitário na prisão de segurança máxima de Belmarsh, sem acesso a computadores e documentos legais necessários para preparar sua defesa.

Seu pai, John Ship-ton, teme que Assange morra na prisão. Acompanhado por dois médicos especializados em sequelas da tortura – como relatou na entrevista – Melzer se entrevistou com Assange em maio na prisão.

Leia íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

Dallas: polícia racista mata a sangue frio jovem negra dentro da própria casa

Atatiana Jefferson, uma jovem negra que estava em casa brincando de videogame com o sobrinho de oito anos, foi morta a tiros por um policial branco em Fort Worth, na região metropolitana de Dallas, Texas, ao chegar à janela para ver o que estava ocorrendo.

O assassinato ocorreu menos de um ano depois de outro negro, Botham Jean, na vizinha Dallas, ser morto em casa quando assistia tevê, por uma policial branca, Amber Guyger, que morava no mesmo prédio, errou de andar e entrou no apartamento errado, cuja porta estava entreaberta. Botham, de 26 anos, era contador e analista da PWC.

Atatiana – que a família chamava carinhosamente de Tay – foi morta por volta de três horas da manhã de sábado (12), sendo que o policial não se identificou, gritou do lado de fora da janela e atirou menos de um segundo depois, conforme determinou um especialista que analisou o vídeo da conduta no ato.

Diante da comoção causada por mais este assassinato com farda, de indistintível conotação racista, o policial Aaron Dean renunciou à função, ficou detido por três horas e depois foi liberado sob fiança. A família da jovem de 28 anos está exigindo que a investigação não seja feita pela força policial local e acionou o advogado de direitos civis Lee Merritt, que também representa os familiares de Jean. A entidade anti-racista NACCP pediu uma investiga-

ção independente.

Um vizinho de Atatiana, James Smith, de 62 anos, que percebera às duas horas da manhã uma porta entreaberta na casa em frente e luzes acesas, havia telefonado para a polícia pedindo que dessem uma verificação.

Tratava-se de uma chamada não emergencial para uma verificação de bem-estar, mas foi enviada uma força do tipo SWAT com cinco a dez policiais, como denunciou Merritt.

Ao jornal Star-Telegram, Smith se mostrava desolado: "Se eu não tivesse chamado a polícia, ela ainda estaria viva".

Preocupado com o fato de que a vizinha, dona Yolanda, mãe de Tay, que sofre de problemas cardíacos, poderia estar sofrendo uma emergência, já que a porta não costumava ficar aberta, Smith havia ligado para pedir a verificação do bem-estar dela.

O ex-agente Dean é acusado de assassinato, disse o chefe de polícia interino de Fort Worth, Ed Kraus. Segundo ele, o policial violou as políticas do departamento sobre "o uso da força e a conduta excessiva e não profissional". O FBI foi acionado quanto a possíveis violações de direitos civis.

As imagens gravadas pela câmera do agente mostram dois policiais andando em silêncio pela lateral da casa visada até o quintal. Eles inspecionam duas portas que estão abertas com portas de tela fechada. As luzes

dentro de casa estão acesas, mas ninguém é visível lá dentro. Os policiais não dizem nada ou batem nas portas.

Então Dean se aproxima da janela, berra "Levante suas mãos! Mostre-me suas mãos!" e atira quase imediatamente.

"Estou chocado", relata o vizinho, que mora na mesma casa há meio século e conhecia as vizinhas da frente. "Por que [os policiais] tiveram que entrar assim?", acrescentou, esclarecendo que em seu telefonema nada dissera sobre ser um assalto, só pedira uma olhada.

A questão se torna mais gritante diante do assassinato há dias de Joshua Brown, testemunha chave para a condenação no início de outubro da policial Guyger, a 10 anos de prisão.

Vizinho de Botham Jean, ele viu tudo pelo olho mágico da porta. Brown foi morto a tiros dois dias após a condenação de Guyger. A polícia atribuiu a morte dele a um suposto "negócio de drogas" que "deu errado", negou qualquer conexão com o caso Guyger e prendeu dois suspeitos.

Merritt, que também foi acionado pela família de Brown, descreveu Tay nas redes sociais como uma "bela mulher pacífica", que estudava para ingressar na faculdade de medicina e já era formada em Biologia.

Ela trabalhava em casa vendendo equipamentos farmacêuticos. "Justiça", exigiu o advogado.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

A revogação do aumento das tarifas do metrô ocorreu com Santiago já conflagrada e não foi suficiente para deter o levante, que espalhou-se por todo o país em repúdio ao arrocho neoliberal

As centrais e federações sindicais se somaram com movimentos sociais chilenos na convocação de uma greve geral para quarta-feira. A iniciativa acontece em meio ao crescimento da revolta nas ruas de Chile. Segundo dados oficiais, onze pessoas morreram e mais de 200 ficaram feridas, em confrontos de manifestantes com forças policiais, a grande maioria delas na capital.

A revogação do aumento das tarifas do metrô da capital, anunciada no sábado, já com a capital, Santiago, conflagrada, não foi suficiente para deter o levante cujo estopim foi a elevação dos preços dos bilhetes. O protesto acabou se ampliando e se definindo contra o arrocho generalizado imposto pelo governo Piñera.

As mobilizações e os painéis se estendem pelo país, se produzem novos enfrentamentos entre civis e forças militares e policiais, e se repetem os saques em vários pontos da cidade, configurando uma perda de controle por parte do governo em termos da situação social.

Sebastián Piñera voltou a declarar, no domingo, toque de recolher e disse que o país está "em guerra contra um inimigo poderoso e implacável", buscando limitar a revolta popular, identificando-a apenas com as ações violentas de alguns grupos. No entanto, o general Javier Iturrigal del Campo, responsável pela manutenção do "estado de emergência", afirmou, na manhã desta segunda-feira (21): "Veja, sou um homem feliz e a verdade é que não estou em guerra com ninguém", em contraposição ao presidente.

Apesar da declaração do general, não foi aberto diálogo e a repressão às mobilizações, por parte da polícia e do exército, continuam.

Praticamente todas as lojas permanecem fechadas e quase nenhum transporte público funciona. Também há cortes de luz e se registra falta de água em algumas regiões do Chile. Os estudantes chamam a continuar a mobilização nas próximas horas. Nesta segunda-feira, 21, as universidades e os colégios secundários suspenderam as aulas.

As principais centrais sindicais lançaram um documento exigindo do governo o fim do estado de emergência. "As organizações presentes manifestam nossa decisão de convocar uma grande Greve Geral que esvazie as ruas do país. Não havendo respostas do governo e uma saída rápida para o atual estado de crise da institucionalidade democrática, se fará efetiva a partir da próxima quarta-feira, 23 de outubro", assinalam.

A seguir, a íntegra do documento:

COMUNICADO PÚBLICO

O Chile enfrenta a maior crise política e social desde a saída da ditadura militar. O estouro social detonado pelo aumento do transporte coletivo pôs em evidência a raiva contida e o descontentamento pelas políticas aplicadas nas últimas décadas, aumentos permanentes dos serviços básicos, os salários arrochados e a mercantilização dos direitos sociais, entre outras.

Frente a isso, o governo está realizando um verdadeiro "autogolpe", recorrendo à maior das práticas antidemocráticas que é usar as Forças Armadas para impor "paz social" pela via da força e, nesse contexto, impor suas políticas antipopulares nas aposentadorias, na questão tributária, quanto à jornada de trabalho, etc. O governo com sua atuação, tem paralisado o país com o clima de violência instalado com a presença dos militares nas ruas. Sebastián Piñera não

está entendendo as razões de fundo do protesto cidadão generalizado em todo o território, com sua atitude é claro que não está em condições de continuar dirigindo o país.

Portanto, em primeiro lugar, nos marcos da lei e em relação a cada caso, nenhum trabalhador deve pôr em risco sua integridade, nem ir a seus postos de trabalho se não tiverem condições para isso.

As organizações sindicais presentes, em uma reunião de Unidade Sindical de urgência, demandam ao governo restituir a institucionalidade democrática, que em primeiro lugar significa revogar o estado de emergência e devolver os militares a seus quartéis.

Somente revogado o Estado de Emergência, haverá condições que permitam iniciar de maneira real, um diálogo social e político, com organizações representativas dos trabalhadores e movimentos sociais, que dê resposta às demandas que têm gerado este estado de indignação social.

As organizações presentes manifestamos nossa decisão de convocar uma grande Greve Geral que esvazie as ruas do país. Não havendo respostas do governo e uma saída rápida para o atual estado de crise da institucionalidade democrática, se fará efetiva a partir da próxima quarta-feira, 23 de outubro.

Fazemos um chamado categórico à oposição e ao progressismo para que, de uma vez, levem em conta e legislem considerando as demandas populares e atuem pelo bem do país com critérios de unidade em torno das exigências e gravidade do momento. No imediato, lhes exigimos paralisar toda ação legislativa enquanto se mantiver o estado de emergência, assumindo uma greve parlamentar.

Estamos certos que a primeira responsável pela violência é esta elite arrogante e insensível que durante décadas tem abusado de maneira impune e tem mercantilizado até os direitos mais elementares; eles não são exemplo de nada, são os que têm levado este país ao grave estouro que vivemos hoje.

Porém, com a mesma clareza condenamos da maneira mais enérgica a violência irracional gerada pela atitude do governo, que tem permitido ações de vandalismo e delinquência de grupos minoritários, enquanto a grande maioria do país tem se manifestado de maneira pacífica e organizada por todo o território. É absurdo destruir o metrô que não é usado pelos poderosos mas pelos trabalhadores e trabalhadoras, é repudiável o saque de lojas, algumas delas de pequenos comerciantes, assim como a destruição de bens públicos. Essa violência irracional só é funcional aos poderosos para justificar a repressão e militarização do país. Mas também deixamos colocada a pergunta acerca da suspeita ausência de vigilância e proteção policial à rede de metrô, negócios e edifícios, justo nos momentos em que operavam estes grupos de desconhecida e duvidosa origem.

Finalmente, as organizações sindicais reunidas, reiteramos e fazemos nossa declaração e pedido da Unidade Social, que contém as demandas de toda a cidadania, do dia 19 de Outubro, sob o lema: "Nos cansamos, nos unimos".

Central Unitária de Trabalhadores – Coordenação Não mais AFP – Associação Nacional Empregados Fiscais ANEF – CONFUSAM – FENPRUSS – Confederação Coordenadora de Sindicatos do Comércio e Serviços Financeiros – FEDASAP – Confederação Bancária-CONFEDERUS – Sindicato Interempresa Líder SIL – Colégio de Professores – FENATS Nacional.

Eça de Queiroz: o Brasil, Portugal e a civilização - 1

Difficilmente se pode considerar Eça de Queiroz um autor “inofensivo”. Nisso, o grande Eça subestimava a própria obra

CARLOS LOPES

Ter um troglodita na Presidência da República tem várias consequências e vários efeitos.

Um deles é valorizarmos mais as conquistas da civilização, a cultura, a arte, a ciência – e, por incrível que pareça, até mesmo a educação no trato com os outros seres humanos.

Pode não ser o seu caso, estimado leitor. Mas é o meu e de boa parte dos que têm de suportar um sujeito obtuso e estúpido, que, tudo indica, não leu um livro sequer na vida (se leu, ele disfarça muito bem), no governo.

Deve ser por isso que, mais do que antes, agradeço qualquer oportunidade de conquistar alguma cultura.

Em novembro do ano passado, depois de um debate com alguns jovens sobre “**A Relíquia**”, de Eça de Queiroz, escrevi um breve texto, com a intenção de facilitar o entendimento da obra – e, portanto, da vida – desse grande autor da língua portuguesa (v. HP 17/11/2018, **Eça de Queiroz e a revolução: da Questão Coimbrã às Conferências do Casino**).

Entretanto, esse texto vai até 1871, quando Eça ainda não escrevera “**O Crime do Padre Amaro**” (1875) ou “**O Primo Basílio**” (1878), muito menos “**A Relíquia**” (1887).

Este ano, chamado outra vez a debater “**A Relíquia**” (o livro continua fazendo parte da lista do vestibular da USP), dei uma olhada na literatura crítica, sobretudo no ensaio de Álvaro Lins, de 1945, “**As ideias de Eça de Queiroz ante o seu tempo**” (publicado, depois, no livro “**O Relógio e o Quadrante**”, Civilização Brasileira, 1964, p. 216).

Não lembro se consultei o texto de Álvaro Lins no ano passado. É pouco provável, mas a memória, depois de certa idade, costuma, às vezes, ser enganosa, mais por supressão do que existiu que por acrescentamento daquilo que não existiu.

O ensaio de Lins é muito bom, inclusive porque vai contra certas abordagens que pretendem ver um Eça de Queiroz conformista na velhice. Ele cita um texto de Eça, pouco antes de morrer:

Depois, a presença angustiosa das misérias humanas, tanto velho sem lar, tanta criança sem pão, e a incapacidade ou indiferença de Monarquias e Repúblicas para realizar a única obra urgente do mundo – “casa para todos, pão para todos”, lentamente me tem tornado um vago anarquista entristecido, idealizador, humilde, inofensivo...

Eça de Queiroz faleceu em agosto de 1900. Daí, Álvaro Lins chamar essa menção ao anarquismo de “o seu socialismo um tanto céptico”. Na época, para a maioria das pessoas, a separação de terrenos, entre anarquismo e socialismo, não era tão nítida quanto hoje.

Porém, dificilmente se pode considerar Eça de Queiroz um autor “inofensivo”. Nisso, o grande Eça subestimava a própria obra.

Em sua carta a Teófilo Braga, de 1878, sobre “**O Primo Basílio**”, ele define o seu propósito de **artista**.

Eça de Queiroz estava, então, na Inglaterra, onde era diplomata.



Newcastle, 12 de março de 1878.

Meu caro Teófilo Braga.

É de você que tenho recebido, depois das minhas duas tentativas de arte, as cartas mais animadoras e mais recompensadoras. É você, como o nosso belo e grande Ramalho, que mais me tem empurrado pra diante. Eu nunca respondi à sua excelente carta sobre o Padre Amaro; contava então ir a Lisboa, e lá conversar largamente consigo; o homem propõe, a ocasião dispõe – e as poucas semanas, que aí estive passaram, sem nos encontrarmos. Talvez você imaginasse que a sua carta de então me tinha passado sobre o espírito como água sobre guta-percha. Está bem enganado: embebi-me dela. Ela deu-me valor e arranque para me atirar ao Primo Basílio – com a consolação de que vale a pena escrever um livro quando se tem um leitor como você.

A sua última foi para mim um grande alívio. Eu estava-lhe com receio: como todos os artistas, creia, eu trabalho para três ou quatro pessoas, tendo sempre presente a sua crítica pessoal. E muitas vezes, depois de ver o Primo Basílio impresso, pensei: – “o Teófilo não vai gostar!” Com o seu nobre e belo fanatismo da Revolução, não admitindo que se desvie do seu serviço nem uma parcela do movimento intelectual – era bem possível que você vendo o Primo Basílio separar-se, pelo assunto e pelo processo, da arte de combate a que pertencia o Padre Amaro, a desaprovasse. Por isso a sua aprovação foi para mim uma agradável surpresa, e todavia a sua aprovação é mais ao processo que ao assunto, e você vendo-me tomar a família como assunto, pensa que eu não devia atacar esta instituição eterna, e devia voltar o meu instrumento de experimentação social contra os produtos transitórios, que se perpetuam além do momento que os justificou, e que de forças sociais passaram a ser empecilhos públicos.

Perfeitamente: mas eu não ataco a família – ataco a família lisboeta – a família lisboeta produto do namoro, reunião desagradável de egoísmos que se contradizem, e mais tarde ou mais cedo centro de bambochata. No Primo Basílio, que apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa; – a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo já o não tem; sanção moral da justiça, não sabe o que isso é), arrasada de romance, lírica, sobre-excitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim



Eça de Queiroz, caricaturado por Bordallo Pinheiro

do casamento peninsular que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, etc., etc. – enfim a burguesinha da Baixa; por outro lado o amante – um maroto, sem paixão nem a justificação da sua tirania, que o que pretende é a vaidadezinha de uma aventura, e o amor grátis; do outro lado a criada, em revolta secreta contra a sua condição, ávida de desforra; por outro lado a sociedade que cerca estes personagens – o formalismo oficial (Acácio), a beatice parva de temperamento irritado (D. Felicidade), a literaturinha acéfala (Ernestinho), o descontentamento azedo, e o tédio de profissão (Julião) e às vezes quando calha, um pobre bom rapaz (Sebastião). Um grupo social, em Lisboa, compõe-se, com pequenas modificações, destes elementos dominantes. Eu conheço vinte grupos assim formados. Uma sociedade sobre estas falsas bases, não está na verdade: atacá-las é um dever. E neste ponto o Primo Basílio não está inteiramente fora da arte revolucionária, creio. Amaro é um empecilho, mas os Acácios, os Ernestos, os Saavedras, os Basílios são formidáveis empecilhos; são uma bem bonita causa de anarquia na meia da transformação moderna; merecem partilhar com o Padre Amaro da bengalada do homem de bem.

A minha ambição seria pintar a sociedade portuguesa, tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 e mostrar-lhe como num espelho, que triste país eles formam – eles e elas. É o meu fim nas Cenias da vida portuguesa. É necessário acutillar o mundo oficial, o mundo sentimental, o mundo literário, o mundo agrícola, o mundo supersticioso – e com todo o respeito pelas instituições que são de origem eterna, destruir as falsas interpretações e falsas realizações, que lhe dá uma sociedade podre. Não lhe parece você que um

tal trabalho é justo?

Enquanto ao processo – estimo que você o aprove. Eu acho no Primo Basílio uma superabundância de detalhes, que obtive, e abafou um pouco a ação; o meu processo precisa simplificar-se, condensar-se – e estudar isso; o essencial é dar a nota justa; um traço justo e sóbrio, cria mais que a acumulação de tons e de valores – como se diz em pintura. Mas isto é querer muito. Pobre de mim – nunca poderei dar a sublime nota da realidade eterna, como o divino Balzac – ou a nota justa da realidade transitória como o grande Flaubert! Estes deuses e estes semideuses da arte estão nas alturas – e eu, desgraçadinho, rabeio nas ervas íntimas. E, todavia, se já houve sociedade que reclamasse um artista vingador é esta! E sobretudo, vista de longe no seu conjunto, e contemplada de um meio forte como este aqui (sejam quais forem os seus grandes males, forte de certo) que contrista, achá-la tão mesquinha, tão estúpida, tão convencionalmente pateta, tão grotesca e tão pulha!

Alegra-me que você queira escrever alguma coisa sobre o Basílio; a sua opinião, publicada, daria ao meu pobre romance uma autoridade imprevista. Dar-lhe-ia um direito de existência; e de todos os defeitos, faltas, ou erros que você notar – tomarei cautelosamente nota.

Eu tenho a paixão de ser lecionado; e basta darem-me a entender o bom caminho para eu me atirar para ele. Mas a crítica, ou a que em Portugal se chama a crítica, conserva sobre mim um silêncio desdenhoso.

Como você viu bem o caráter do Basílio! Está claro que a fortuna nunca o poderia ter moralizado; a sua fortuna, como você diz, foi um bamburrio; era pulha antes, um pulha pobre – depois tornou-se apenas um pulha rico. Pessoas amigas escrevem-me dizendo, que parece incrível que um homem que trabalhou no Brasil com valor,

seja no fundo um canalha! Estranha opinião! A Bahia considerada como a Fonte Santa da Purificação...

Basta de cavaqueira. Se você publica algum livro por esta ocasião – mande-mo; e se tiver para aí alguns volumes da sua História da literatura a de mais, e que lhe não façam falta, dê-os ao Ramalho que ele nos manda. Eu, os que tinha, perdi-os estupidamente, com as obras de Shakespeare, de V. Hugo, num caixote, caminho do Havre, e outras obras mais. Escrevi para o Porto a um amigo a mandá-los pedir; e nunca me respondeu sequer: e eu preciso deles para um pequeno trabalho. Se não se esquecer – lembre-se. Um abraço do

*Seu grande admirador, e dedicado amigo velho,
Eça de Queirós.*

Teófilo Braga, além de escritor, filósofo, sociólogo e crítico literário, era dirigente do Partido Republicano Português – e após a queda da monarquia, em outubro de 1910, seria o primeiro presidente da República Portuguesa.

Na carta de Eça para Teófilo está clara a consciência que ele alcançara sobre o papel da arte. Mais que uma profissão de fé naturalista (presente no modo em que ele frisa **tipos** como personagens), é uma declaração de que, para ele, a arte deveria ter uma função social e política.

Não há nada, nessa carta, que tenha odor daquele determinismo biológico de outros naturalistas, em geral já esquecidos há muito.

Álvaro Lins sublinha, sobre isso, o papel que teve, para Eça, o jornalismo, algo em que ele se parece com Machado de Assis.

O resultado dessa observação é que, depois do debate com os jovens (e graças a uma gripe colossal, que me impediu de fazer outras coisas), acabei lendo a coletânea de artigos que Eça de Queiroz escreveu para a “Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro (v. Eça de Queiroz, **Cartas de Inglaterra**, Lello, 1905).

Durante 16 anos (1880-1896), Eça de Queiroz escreveu para os brasileiros em um jornal brasileiro – ele que, em vida, sempre foi muito mais respeitado e famoso no Brasil que em Portugal.

Aqui, a influência de Eça de Queiroz na literatura foi tão grande que a principal crítica ao romance de estreia de Graciliano Ramos, **Caetés**, foi a de que era um pastiche do escritor português – algo que foi admitido, pelo menos em parte, por Graciliano.

Graciliano, aliás, muito antes de **Caetés**, revelou seu julgamento sobre Eça, em um artigo de 1915 para o “Jornal de Alagoas”, quando, em Lisboa, a estátua de Eça de Queiroz foi apedrejada e parcialmente destruída.

Escreveu Graciliano Ramos:

Nunca ninguém pensou talvez que em Portugal houvesse homens capazes de cometer semelhante atentado, atentado que a nossos olhos tem quase as proporções de um sacrilégio. Lá e aqui, movidos por um sentimento extraordinário, sentem-se todos os indivíduos que leem irresistivelmente fascinados por aquela figura simpática que, com seu eterno sorriso sarcástico nos lábios, parece zombar de tudo, perscrutando todos os ridículos dos homens com seu inseparável monóculo.

Ele não é somente o escritor mais querido dos dois países, é uma individualidade à parte, adorada, idolatrada. Temos para com ele uma admiração que chega às raias do fanatismo.

*Seus personagens não são, por assim dizer, entidades fictícias, criações de um cérebro humano – são indivíduos que vivem a nosso lado, que têm os nossos defeitos e as nossas virtudes, que palestram conosco e nos transmitem ideias mais ou menos iguais às nossas” (cf. Graciliano Ramos, **Linhas Tortas**, Record, 13ª edição, 1986, p. 15).*

Continua na próxima edição